



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direção-Geral do Tesouro e Finanças

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2012



DGTF, novembro de 2013

ÍNDICE

CAPÍTULO I – NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
1. Análise do contexto	4
2. Moldura institucional	5
CAPÍTULO II – AUTO-AVALIAÇÃO	8
1. Avaliação do cumprimento dos objetivos	8
1.1. QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização	8
1.2. Avaliação do Plano de Atividades	14
2. Avaliação do Sistema de Controlo Interno	14
3. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho	15
4. Análise do QUAR	16
4.1. Objetivos de eficácia	16
4.2. Objetivos de eficiência.....	17
4.3. Objetivos de qualidade.....	18
5. Desempenho comparativo/Avaliação	19
5.1. Avaliação interna - Estudo de avaliação da satisfação dos colaboradores	21
6. Atividades desenvolvidas	20
CAPÍTULO III – RECURSOS ENVOLVIDOS	21
1. Afetação dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos	21
1.1 Alocação de recursos humanos e formação.....	21
1.2 Balanço social	22
1.3 Alocação de recursos materiais e financeiros	23
CAPÍTULO IV – AVALIAÇÃO FINAL	24

ANEXOS

- I. OBJETIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS**
- II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**
- III. BALANÇO SOCIAL**
- IV. ACRONÍMIA**

CAPÍTULO I - NOTA INTRODUTÓRIA

1. Análise do contexto

O presente Relatório de Atividades, que também integra o Balanço Social, descreve a atividade desenvolvida durante o ano de 2012 pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º, no artigo 15º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º, todos da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), e no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, os quais determinam a obrigatoriedade dos serviços e organismos da Administração Pública apresentarem os resultados da atividade realizada, evidenciando a demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e identificando os meios e os recursos disponíveis para o efeito.

Assim, o Relatório de Atividades é um imprescindível instrumento de gestão e constitui um meio privilegiado de publicitação da atividade desenvolvida pela DGTF em termos de objetivos atingidos, grau de realização dos programas e recursos utilizados, identificando os resultados alcançados face aos objetivos e metas assumidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no Plano de Atividades para 2012, os quais, por sua vez, constituem emanação dos objetivos estratégicos do Ministério das Finanças (MF).

Este Relatório constitui, um documento de avaliação da execução global da DGTF relativamente a 2012, que contou com a participação de todas as unidades orgânicas e estrutura multidisciplinar que a integram e foi elaborado de acordo com as linhas de orientação gerais estabelecidas pelo Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços – Rede do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) -Documento Técnico n.º 1/2010.

Enquanto serviço central da administração direta do Estado, a DGTF norteou a sua atuação de acordo com as políticas definidas no Programa do Governo, nas Grandes Opções do Plano 2010-2013 (GOP), no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC) e, em particular, na Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro) e no Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro).

A atividade desenvolvida em 2012 teve em conta o esforço de consolidação orçamental com que todos os serviços e organismos da Administração Pública se defrontam, tendo sido, por isso, um ano particularmente difícil, face à atual conjuntura económica e, consequentemente, às opções de gestão financeira adotadas para o desempenho dos organismos públicos, conducentes a uma crescente racionalização dos recursos, sem prejuízo dos elevados padrões de rigor e contenção na realização da despesa pelos quais se pautou.

Nesta esteira, e no seguimento dos anos anteriores, 2012 veio a revelar-se um ano marcado pela adoção de um conjunto de medidas indispensáveis à necessária contenção de custos, quer ao nível da Administração Central, quer ao nível do Setor Empresarial do Estado (SEE), o que condiciona, como é natural, o normal funcionamento das organizações, exigindo destas um esforço suplementar para responder às inúmeras dificuldades decorrentes.

Não obstante as contingências, a DGTF deu continuidade a uma estratégia de modernização e produtividade, norteadada por princípios de gestão por objetivos, recurso às novas tecnologias, simplificação de procedimentos e racionalização de recursos, orientando, desta forma, a sua atuação para os objetivos e projetos planeados, de forma a concretizar a sua missão, tal como definida no Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho: *“Assegurar as operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público administrativo e empresarial e da função acionista e assegurar a gestão integrada do património do Estado, bem como a intervenção em operações patrimoniais do sector público, nos termos da lei.”*

Assim, no respeito pela sua missão e tendo em conta as respetivas atribuições, a DGTF prosseguiu uma atuação, de carácter transversal a toda a economia, consubstanciada na implementação de diversas medidas, assentes na estratégia de consolidação orçamental vocacionada para reduzir o défice público e controlar o crescimento da

dívida pública, e tendentes à criação de condições para que Portugal enfrentasse a conjuntura económico-financeira menos favorável.

Face à referida conjuntura e atentas as atribuições que estão cometidas à DGTF, é de notar, relativamente aos seus trabalhadores e à semelhança de outros serviços públicos, a exigência de um esforço de mobilização concertada, de forma a responder a todas as solicitações recebidas, já que se manteve a forte tendência de redução dos seus efetivos, que em relação ao ano de 2011 corresponde a uma redução de 1,9%.

Por fim, é de salientar que, ao longo do ano, teve lugar a monitorização do QUAR, procedimento que permitiu identificar desvios e vulnerabilidades, bem como desenvolver ações para a criação de medidas corretivas com vista a uma melhoria progressiva dos resultados, de forma a evidenciar as respetivas potencialidades.

2. Moldura institucional

Missão, visão e valores

A **missão** da DGTF, consagrada na respetiva Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho), consiste em assegurar a efetivação das operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do setor público administrativo e empresarial e da função acionista e assegurar a gestão integrada do património do Estado, bem como a intervenção em operações patrimoniais do sector público, nos termos da lei.

No que concerne à sua **visão**, a DGTF pretende ser reconhecida pela excelência dos serviços prestados, criando valor na gestão de ativos do Estado.

Para realizar a sua missão, a DGTF tem por referência os seguintes **valores**:

- **Rigor** – Regula a sua atuação com vista a alcançar elevados *standards* de racionalização de recursos e qualidade dos serviços prestados, por via da introdução de práticas de desburocratização, simplificação, agilização e inovação de procedimentos;
- **Coesão** – Age de forma a criar empatia entre os elementos das equipas, promovendo a entreajuda, a responsabilidade, a solidariedade e a participação de todos em prol dos objetivos comuns;
- **Parcerias** – Age em cooperação e parceria com outras entidades com vista à partilha de informação e à obtenção de sinergias;
- **Responsabilidade** – Atua com total respeito pelas exigências decorrentes do seu posicionamento na Administração Financeira do Estado, tendo como imperativo o estrito cumprimento da lei, suportado por elevados padrões de ética, integridade, equidade e independência;
- **Transparência** – Atua de acordo com procedimentos, critérios e canais de divulgação de informação que assegurem uma prestação de contas clara e acessível.

Sublinha-se que, atendendo à importância que o conhecimento da missão, visão e valores assumem, quer para os trabalhadores, quer para os *stakeholders* da Organização, esta informação encontra-se disponível no portal da DGTF.

Atribuições

Para realizar a sua missão, a DGTF:

- Controla a emissão e circulação da moeda metálica;
- Administra a carteira de participações do Estado;
- Assegura o estudo, acompanhamento e intervenção nas matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público, administrativo e empresarial e ao exercício da função acionista do Estado, nos planos interno e internacional;
- Concede subsídios, indemnizações compensatórias e bonificações de juros e avalia os resultados da política de apoios financeiros do Estado;
- Efetua e controla as operações ativas, a nível interno e internacional;
- Assegura o processo de concessão de garantias do Estado e administra a dívida pública acessória;
- Assegura a gestão financeira de patrimónios autónomos;
- Presta apoio técnico à participação portuguesa nos assuntos relacionados com a União Económica e Monetária e assegura a representação técnica do MF em organizações europeias e internacionais em matéria financeira, sem prejuízo das atribuições de orientação geral e estratégica do GPEARI do MF;
- Adquire, arrenda, administra e aliena, direta ou indiretamente, os ativos patrimoniais imobiliários do Estado, bem como intervém em atos de gestão de bens;
- Assegura a assunção de passivos de entidades ou organismos do setor público e a regularização de responsabilidades financeiras do Estado ou resultantes de situações do passado;
- Promove a recuperação de créditos decorrentes das operações de intervenção financeira.

Princípios Orientadores da Atividade da DGTF

No desenvolvimento da sua atividade, a DGTF rege-se pelo conjunto de princípios enquadramentos da atuação da Administração Pública, especialmente os que emanam da Constituição da República Portuguesa e do Código do Procedimento Administrativo, não descurando mecanismos regulamentares de atuação com terceiros e na relação destes com seus trabalhadores, como o sejam o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas e o Código de Ética e Conduta da DGTF.

A DGTF pauta-se, igualmente, por um conjunto de princípios caracterizadores da atividade da Administração Pública moderna, como sejam, o aproximar a sua atividade dos seus *stakeholders*, normalizar processos e procedimentos, qualificar os recursos humanos e promover uma cultura de gestão por objetivos, os quais constituem fatores críticos de sucesso das estratégias de atuação delineadas.

Ademais, a DGTF norteia a sua atuação pela modernização estrutural e aumento da produtividade, desiderato fomentado através da promoção da gestão por objetivos, da renovação tecnológica, da simplificação de procedimentos, da desburocratização e da racionalização de meios e recursos, tendo sempre como referência os princípios e os objetivos inerentes à própria missão do MF, espelhada na respetiva Lei Orgânica, como sejam a gestão racional e a valorização dos recursos públicos, designadamente recursos humanos, financeiros, patrimoniais e informacionais, a eficiência e equidade na sua obtenção e gestão, a formação e a capacitação de todos aqueles que para eles contribuem e a melhoria dos seus sistemas e processos de organização e gestão.

Ainda neste âmbito, importa não esquecer os princípios inerentes à gestão dos ativos financeiros do Estado, enquanto função central desenvolvida pela DGTF, tendo em vista alcançar uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e, conseqüentemente, proporcionar um reforço da eficácia e do rigor.

Estrutura Orgânica

À data a que se reporta o presente Relatório, a orgânica da DGTF constava do Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho, bem como da Portaria n.º 819/2007, de 31 de julho¹, que estabelecia a estrutura nuclear dos serviços e as competências das suas unidades orgânicas. Assim, nos termos do artigo 1.º da mencionada Portaria n.º 819/2007, a estrutura nuclear da DGTF é a seguinte:

- a) Direção de Serviços de Participações do Estado (DSPE);
- b) Direção de Serviços de Apoios Financeiros (DSAF);
- c) Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental (DSGFO);
- d) Direção de Serviços de Gestão Patrimonial (DSGP);
- e) Direção de Serviços de Apoio Técnico Patrimonial (DSATP);
- f) Direção de Serviços de Regularizações Financeiras (DSRF);
- g) Gabinete de Apoio e Coordenação (GAC);
- h) Direção de Serviços de Gestão de Recursos (DSGR);
- i) Gabinete de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado, das Parcerias Público-Privadas e das Concessões (GASEPC)².

Nesta conformidade, esquematicamente, a estrutura orgânica da DGTF apresentou-se, durante o ano de 2012, conforme organograma a seguir indicado (Figura 1):

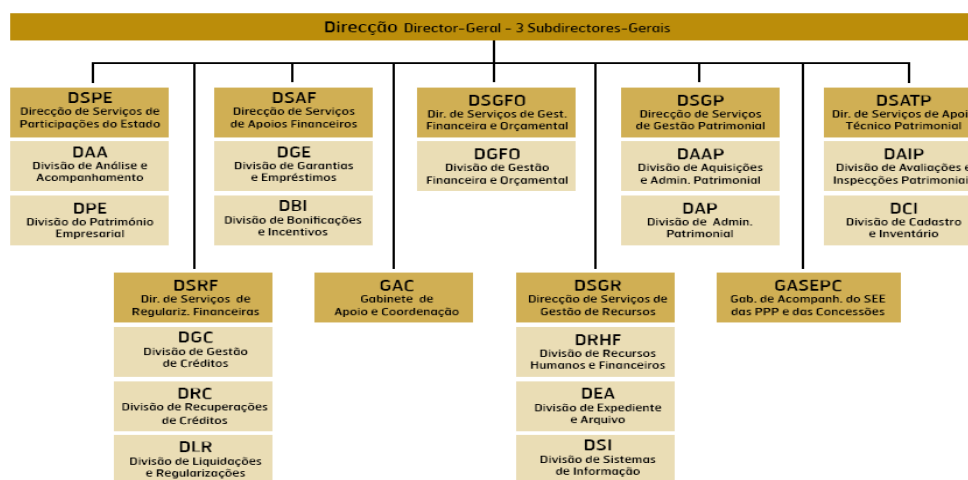


Figura 1 – Organograma da DGTF

¹ À data em que o presente Relatório é apresentado, encontra-se já em vigor a Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, que aprovou a estrutura nuclear e estabeleceu o número máximo de unidades flexíveis e matriciais do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares.

² Equipa multidisciplinar, cuja constituição foi determinada pelo Despacho n.º 936/07-SETF, de 21 de setembro, iniciou funções na sequência do Despacho n.º 26 153/2007, de 25 de setembro, do Director-Geral do Tesouro e Finanças.

CAPÍTULO II - AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação da DGTF, que ora se apresenta, começa por evidenciar o grau de cumprimento do QUAR, enquanto expressão mais marcante do seu desempenho no ano em referência, seguindo-se-lhe a identificação dos resultados alcançados ao nível dos objetivos das unidades orgânicas e estrutura multidisciplinar, assumidos no Plano de Atividades e cujas fichas constam em anexo, após o que são enunciados os demais elementos relevantes para autoavaliação, designadamente à luz do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007.

1. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

1.1 QUAR

No topo dos instrumentos previsionais de gestão da DGTF encontra-se o QUAR, cujo grau de cumprimento dos respetivos objetivos estratégicos e operacionais importa evidenciar.

Assim temos:

Objetivos Estratégicos						
OE 1. Melhorar a gestão dos ativos financeiros e patrimoniais do Estado no âmbito da intervenção da DGTF						
OE 2. Orientar a atividade da DGTF para o processo de consolidação das Finanças Públicas						
OE 3. Melhorar a qualidade da informação produzida pela DGTF						
Objetivos Operacionais						
EFICÁCIA						50%
Indicadores	2011	meta 2012	peso	resultado	taxa de realização	classificação
OB1. Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público						
45%						
IND1. Valor efetivo das vendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2012	102,3	50,0	45%	9,8	21,8%	não atingiu
IND2. Valor efetivo de rendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de arrendamento autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2012	0,6	0,7	55%	0,7	100,0%	atingiu
OB2. Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas						
55%						
IND3. Número de ações de monitorização do reporte à Troika da implementação das medidas definidas no programa de assistência financeira a Portugal quanto às empresas SEE (n.º empresas da carteira principal)	-	400	45%	470	135,0%	superou
IND4. Número de ações de monitorização do cumprimento das medidas estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento pelas empresas públicas (Nº de empresas da carteira principal)	383	400	45%	482	141,0%	superou
IND5. Número médio de propostas de orientação para encerramentos de liquidação de empresas públicas (número de proposta de orientação para encerramento de liquidação de empresas públicas / número de empresas públicas em liquidação)	1,4	1	10%	2,1	155,00%	superou

EFICIÊNCIA	25%
-------------------	------------

Indicadores	2011	meta 2012	peso	resultado	taxa de realização	classificação
OB3. Melhorar a gestão dos processos						
IND6. Grau de progresso (%) do projeto de gestão documental	45%	60%	100%	60%	100,0%	atingiu
OB4. Melhorar a resposta na gestão de arrendamentos para instalação de serviços do Estado						
IND7. Grau de cumprimento (%) da realização de informações sobre avaliação dos imóveis, para emissão de parecer sobre pedidos de arrendamento	-	80	100%	90	125%	superou

QUALIDADE	25%
------------------	------------

Indicadores	2011	meta 2012	peso	resultado	taxa de realização	classificação
OB5. Melhorar a qualidade da prestação de serviços						
IND8. Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / número de informações)	6	4	100%	3,75	100%	atingiu
OB6. Cumprir os prazos de divulgação de relatórios de informação periódica das áreas operacionais						
IND9. Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios das áreas operacionais (Somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios das áreas operacionais e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF / número total de relatórios)	1	5	100%	3,5	88%	não atingiu
OB7. Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DGTF						
IND10. Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação no período 2011-2013	103	90	100%	93	100,0%	atingiu

Recursos Humanos

Designação	pontuação	planeados	realizados	desvio
Dirigentes - Direção superior	20	80	80	0
Dirigentes - Direção intermédia	16	304	288	-16
Técnico Superior	12	1356	1260	-96
Coordenador Técnico	9	9	9	0
Assistente Técnico	8	152	120	-32
Assistente Operacional	5	55	45	-10
Técnico	10	30	30	0
Total		1986	1832	

Recursos Financeiros

Designação	planeados	corrigido	executados	desvio
Orçamento de funcionamento	9.137.917	7.210.573	5.795.572	1.415.001
Despesas c/Pessoal	5.672.868	4.601.614	4.469.248	132.366
Aquisições de Bens e Serviços	3.160.523	2.558.861	1.309.547	1.249.314
Outras despesas correntes	254.428	-	-	-
Despesas de Capital	50.098	50.098	16.776	33.322
Despesas PIDDAC	1.456.613	1.313.746	417.961	895.785
OrçamentOutros Valores	18.856.897.254	25.289.860.624	13.136.730.371	12.153.130.253
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	18.867.491.784	25.298.384.943	13.142.943.904	12.155.441.039

Taxa de Realização Parâmetros

	planeado	realizado	classificação
Eficácia	50%	53,0%	Superou
OB1. Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público	45%	29,2%	Não atingiu
OB2. Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas	55%	76,8%	Superou
Eficiência	25%	28,1%	Superou
OB3. Melhorar a gestão dos processos	50%	50,0%	Atingiu
OB4. Melhorar a resposta na gestão de arrendamentos para instalação de serviços do Estado	50%	62,5%	Superou
Qualidade	25%	24,2%	Não atingiu
OB5. Melhorar a qualidade da prestação de serviços	50%	50,0%	Atingiu
OB6. Cumprir os prazos de divulgação de relatórios de informação periódica das áreas operacionais	25%	21,9%	Não atingiu
OB7. Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DGTF	25%	25,0%	Atingiu
Taxa de realização final	100%	105,3%	Superou

Monitorização (Avaliação Final)

Taxa de Realização dos Objetivos			
	planeado	realizado	classificação
Eficácia	100%	106,0%	Superou
OB1. Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público	100%	64,8%	Não atingiu
OB2. Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas	100%	139,7%	Superou
Eficiência	100%	112,5%	Superou
OB3. Melhorar a gestão dos processos	100%	100,0%	Atingiu
OB4. Melhorar a resposta na gestão de arrendamentos para instalação de serviços do Estado	100%	125,0%	Superou
Qualidade	100%	96,9%	Não atingiu
OB5. Melhorar a qualidade da prestação de serviços	100%	100,0%	Atingiu
OB6. Cumprir os prazos de divulgação de relatórios de informação periódica das áreas operacionais	100%	87,5%	Não atingiu
OB7. Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DGTF	100%	100,0%	Atingiu
Taxa de realização final	100%	105,3%	Superou

Indicadores - Fonte de Verificação

Valor efetivo das vendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2012

Mapa de controlo de receitas / Webtrix

Valor efetivo de rendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de arrendamento autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2012

Mapa de controlo de receitas / Webtrix

Número de ações de monitorização do reporte à Troika da implementação das medidas definidas no programa de assistência financeira a Portugal quanto às empresas SEE (n.º empresas da carteira principal)

SIRIEF- SEE

Número de ações de monitorização do cumprimento das medidas estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento pelas empresas públicas (nº de empresas da carteira principal)

SIRIEF- SEE

Grau de progresso (%) do projeto de gestão documental

Cronograma da execução do projeto

Número médio de propostas de orientação para encerramentos de liquidação de empresas públicas (número de proposta de orientação para encerramento de liquidação de empresas públicas / número de empresas públicas em liquidação)

Webtrix

Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / número de informações)

Sistema de Correio Eletrónico / Webtrix

Grau de cumprimento (%) da realização de informações sobre avaliação dos imóveis, para emissão de parecer sobre pedidos de arrendamento

Webtrix

Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios das áreas operacionais (Somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios das áreas operacionais e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF / número total de relatórios)

Sistema de Correio Eletrónico / Webtrix

Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação no período 2011-2013

Mapa registo de ações de formação

Figura 2 – QUAR

Conforme referido, em primeira linha, os objetivos estratégicos do QUAR, bem como os respetivos objetivos operacionais, constituem o vértice da cadeia de objetivos que, em cada ano, norteia a atividade da DGTF o que confere a este instrumento de gestão um papel crucial.

O Quadro seguinte esclarece a contribuição dos objetivos operacionais para o cumprimento dos objetivos estratégicos aprovados para esta Direção-Geral:

Contribuição dos Objetivos Operacionais para os Objetivos Estratégicos			
Objetivos Operacionais - QUAR	Objetivos Estratégicos - QUAR		
	OE 1	OE 2	OE 3
O1	X	X	
O2	X	X	
O3	X		X
O4	X		X
O5	X		X
O6			X
O7	X		X

Figura 3 - Contribuição dos Objetivos Operacionais para os Objetivos Estratégicos

Mais uma vez, em 2012 os resultados alcançados pela DGTF ao nível do cumprimento dos objetivos estabelecidos no QUAR refletem o trabalho desenvolvido pelas unidades orgânicas e equipa multidisciplinar, direta e indiretamente envolvidos na prossecução desses objetivos, **o que se traduziu numa taxa de realização final de 105,3 %**. Assim, e sem prejuízo de uma análise mais desenvolvida efetuada no ponto 4. "Análise do QUAR", apresenta-se, de seguida, Quadro que evidencia os desvios verificados relativamente a cada um dos objetivos operacionais:

Objetivo Operacional	Desvio Face ao Objetivo (%)	Justificação do Desvio
O1	78,2% - i1 0% -i2	<p>O incumprimento do indicador 1 deveu, essencialmente aos seguintes constrangimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Forte contração económica que se vive no setor imobiliário em particular e no país em geral. - Não obstante a negociação com AT para utilização da sua plataforma, a mesma não foi disponibilizada em tempo oportuno. - Os imóveis do Estado afetos ao Ministério da Defesa Nacional só foram disponibilizados para alienação em novembro, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2012, de 13 de novembro, o que inviabilizou a sua regularização registal em tempo útil e subsequente alienação. - Pese embora tenha sido autorizada a alienação de 4 imóveis do Estado situados no estrangeiro, afetos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, no montante global de cerca de 8,5M€, só foi possível a concretização de uma venda no montante muito próximo dos 5 M€.

O2	35% - i1 41% - i2 55% - i3	<p>O esforço no sentido de garantir a maior fiabilidade da informação reportada à Troika, o alargamento dos indicadores subjacentes a esses reportes e as questões suscitadas em torno da questão do endividamento das empresas do SEE e das operações de cobertura de risco, exigiram um reforço das ações de monitorização previstas ao nível da verificação da implementação das medidas previstas no PAEF e no PEC por parte das empresas do SEE. No indicador 3, o desvio face à meta indicada, deve-se em grande medida ao elevado número de propostas de orientação relativas à liquidação da EDAB-Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA, em face da complexidade de que o referido processo revestia.</p> <p>Não fossem aquelas propostas consideradas, registar-se-ia um desvio inferior, situação que justificou a alteração da meta deste indicador, em 2013, para 1,500.</p>
O3	0%	Sem desvio
O4	25%	Para um total de 297 pedidos de avaliação foram produzidos ou analisados 220 relatórios vertidos em informação (74%), tendo sido dada resposta a todos os pedidos de avaliação para arrendamento.
O5	0%	Sem desvio.
O6	12%	<p>Na vertente SEE foi atingido um desvio médio de antecipação de 6,3 dias úteis na apresentação ao Governo dos relatórios, o que permitiu a superação do objetivo (desvio médio de 5 dias úteis).</p> <p>Relativamente aos Relatórios sobre garantias ou empréstimos do Estado o número de dias úteis de antecipação na apresentação dos Relatórios ultrapassou o objetivo fixado, tendo em média, correspondido a 9,75 dias.</p> <p>Na área patrimonial, em 2012 apenas se produziu o relatório anual do PGPI/2012. Por outro lado, o desvio observado justifica-se pelo facto de no início de 2012 ter sido superiormente entendido adequado proceder-se à revisão geral quantitativa e sobretudo qualitativa dos dados do SIIE, identificando-se objetivamente um conjunto de lacunas, irregularidades ou incongruências (valores anómalos de áreas, rendas, etc.) nos principais dados associados que, em sede de tratamento estatístico, influem significativamente nos apuramentos finais.</p>
O7	0%	Sem desvio.

Figura 4 – Desvios verificados

De salientar, ainda, que estes resultados foram alcançados com menos recursos efetivos que os inicialmente previstos, conforme se pode constatar do Quadro *infra*:

Recursos Humanos				
Categoria	Pontuação	Planeados	Executado	Desvio
Dirigentes – Direção Superior	20	80	80	0
Dirigentes – Direção Intermédia	16	304	288	-16
Técnico Superior	12	1.356	1.260	-96
Técnico	9	9	9	0
Coordenador Técnico	10	152	120	-32
Assistente Técnico	8	55	45	-10
Assistente Operacional	5	30	30	0
TOTAL		1.986	1.832	-129

Figura 5 – Recursos Humanos/Desvios

Registe-se que as diferenças, por categoria, entre o executado e o planeado resultaram de saídas, em especial por aposentação, e de lugares vagos que não foram preenchidos, essencialmente no grupo dos técnicos superiores, pois não foi possível concretizar os processos de recrutamento, constrangimento que só com um esforço muito significativo por parte dos recursos existentes foi possível ultrapassar e conduzir aos resultados alcançados.

Em termos de índice de produtividade e de custo-eficácia, obtiveram-se os seguintes resultados:

Índice de produtividade				
Indicadores	Fórmula de Cálculo	Resultado		
		2010	2011	2012
Taxa de Concretização Global de Objetivos	Média ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	136,7%	115,2%	105,3%
Taxa de Utilização de Recursos Humanos (RH)	$(\text{RH utilizados} \div \text{RH planeados}) \times 100$	79,16%	85,17%	91,18%
Índice de Produtividade	$(\text{Taxa de Concretização Global de Objetivos} \div \text{Taxa de Utilização de RH}) \times 100$	172,68%	135,26%	115,49%

Figura 6 – Índice de produtividade

Índice de custo-eficácia					
Indicadores	Fórmula de Cálculo	Resultado			
		2009	2010	2011	2012
Taxa de Concretização Global de Objetivos	Média ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	125,6%	136,7%	115,2%	105,3%
Taxa de Execução de Recursos Financeiros (Funcionamento + PIDDAC)	$\frac{\text{(Despesa executada)}}{\text{Despesa orçamentada}} \times 100$	68,7%	66,90%	56,46%	72,89%
Índice de Custo-eficácia	$\frac{\text{(Taxa de Concretização Global de Objetivos)}}{\text{Taxa de Execução de Recursos Financeiros}} \times 100$	182,8%	204,33%	204,04%	144,46%

Figura 7 - Índice de custo-eficácia

Verifica-se no ano em análise e por comparação aos 2 anos anteriores, uma maior capacidade de execução financeira - na ordem dos 72,89% em 2012 -, bem como uma diminuição do índice de custo-eficácia (144,46%). Ainda sobre o índice custo-eficácia e comparativamente ao biênio 2010/2011, podemos afirmar uma redução ao nível deste indicador na ordem dos 59%.

1.2. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DO PLANO DE ATIVIDADES

O Plano de Atividades para 2012 encontra-se alinhado com o QUAR, contribuindo, portanto, os resultados nele alcançados, também, para a concretização deste instrumento.

Os objetivos do Plano de Atividades foram delineados por unidade orgânica e equipa multidisciplinar constando a respetiva avaliação de cumprimento do quadro que integra o **Anexo I**, a qual é acompanhada de notas explicativas sucintas que visam contribuir para uma adequada perceção da execução ocorrida.

Assim, no mencionado anexo são explicitados os resultados atingidos no âmbito da execução do Plano de Atividades de 2012, por cada uma das unidades orgânicas, o qual evidencia o cumprimento da totalidade dos objetivos fixados, bem como a superação daqueles que constituem o cerne da atividade da DGTF.

Neste aspeto, importa salientar que dos 36 objetivos fixados no Plano de Atividades, foram superados 23 objetivos, e atingidos 12 objetivos, o que representa uma taxa de 63,88% ao nível da superação dos objetivos fixados.

Este resultado foi alcançado num contexto especialmente difícil, tendo em atenção as exigências com que diariamente a DGTF foi confrontada mercê, designadamente, do conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visaram reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento que o Governo lançou em 2010.

2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI)

Para a avaliação do SCI da DGTF torna-se indispensável o seu prévio enquadramento no ambiente da Organização. Assim, a este propósito, note-se que a DGTF não dispõe de qualquer unidade orgânica vocacionada para as funções de controlo e auditoria, o que, desde logo, se revela um fator fortemente condicionador do robustecimento deste sistema nas suas distintas vertentes.

No entanto, e pese embora o constrangimento acima enunciado, a DGTF reúne um conjunto de aspetos caracterizadores da sua atividade que contribuem para a criação de um ambiente favorável ao controlo interno, devendo, portanto, ser tomados em consideração em sede de avaliação do SCI, a saber:

- Sujeição ao controle da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e do Tribunal de Contas (TC), em especial através de auditorias e ações de verificação anuais no âmbito, designadamente, da preparação do Parecer à Conta Geral do Estado;
- Reporte de informação periódica a outras entidades, tais como Assembleia da República e Direção-Geral do Orçamento;
- Execução de medidas pré determinadas em cumprimento de políticas públicas em parte significativa dos processos em que a DGTF intervém, não influenciando, nesse âmbito e em muitas situações, o respetivo processo decisório;
- Abordagem interdisciplinar a um número considerável de processos, dada a natureza das matérias tratadas pela DGTF, intervindo, por isso, na sua instrução, mais do que uma unidade orgânica, consoante as competências requeridas, a que acresce o facto de o processo de decisão envolver vários níveis hierárquicos;
- Constante atualização e monitorização, face à criticidade dos sistemas de informação da DGTF e tendo como orientação base as normas de segurança informática aprovadas, após implementação dos mecanismos de tolerância a falhas e de alta disponibilidade, bem como medidas de segurança anti-intrusão;
- Mecanismos de segregação de funções intra e inter unidades orgânicas consubstanciados nos procedimentos internos instituídos, designadamente nas vertentes da coordenação orçamental e do processamento da despesa com recurso a sistemas de informação geridos por entidades terceiras no âmbito do MF, que, naturalmente, concorrem para a prevenção de riscos.

A DGTF vem consolidando, ao longo dos últimos anos, um sistema de gestão por objetivos, procurando que o planeamento das suas atividades tenha correspondência na apresentação da proposta de orçamento a oferecer junto da Tutela. Trata-se de um processo de planeamento amplamente participado, através de um modelo de auscultação dos Dirigentes no âmbito das propostas de atividades e projetos a desenvolver.

A atuação da DGTF é sempre pautada pela observação da legalidade e promoção da qualidade do serviço público prestado, procurando a eficiência, eficácia, proporcionalidade e economia nas tarefas executadas, razão pela qual a realização da respetiva despesa obedece sempre aos requisitos da conformidade legal, regularidade Financeira e da Boa Gestão (economia, eficiência e eficácia).

De sublinhar ainda que os trabalhadores da DGTF, no desempenho das suas funções, têm subentendido o respeito dos direitos, liberdades e garantias individuais, curando, nomeadamente pela não discriminação e igualdade de tratamento, com salvaguarda pelo respeito da Carta de Ética dos trabalhadores da Administração Pública, e respetivo regime disciplinar, bem assim, pelo Código de Ética e de Conduta interno.

3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

O reforço positivo do desempenho da DGTF tem por pressupostos a minimização dos pontos fracos e, por outro lado, o aproveitamento das oportunidades que constitui uma abordagem permanente da Direção, apostando sempre na minimização do impacto dos pontos fracos e na valorização dos pontos fortes.

Conclui-se, assim, que a DGTF, independentemente de não controlar os factos que possam afetar (positiva ou negativamente) o seu desempenho, entende que está bem posicionada para o desenvolvimento de estratégias que lhe permitam melhorar o respetivo desempenho.

Neste sentido, entendemos que o progresso registado na sociedade da informação marca, inequivocamente o modo de atuação das organizações e a forma em como estas interagem, razão pela qual, e estando em causa um

fenómeno da era digital, a DGTF pretende acompanhar de perto, municiando-se das mais fortes componentes tecnológicas que lhe permitam o contínuo acesso aos modernos meios de informação e de transmissão do conhecimento.

Os princípios que regem a ação pública no domínio da Sociedade da Informação têm como denominador comum o combate à infoexclusão, condição fundamental para que todos beneficiem das novas formas de comunicação e informação, pelo que a concretização destes princípios traduz-se na melhoria da infraestrutura de suporte, enquanto vetor de modernização.

A Sociedade da Informação assume, por isso, hoje em dia, uma importância crescente, na medida em que desempenha um papel fundamental ao nível da descoberta e introdução de novas tecnologias, da exploração das oportunidades de comunicação e na planificação de toda a atividade organizacional.

Assim, no âmbito da modernização, serão desenvolvidas e implementadas metodologias de gestão no domínio tecnológico.

Ciente de que pode, ainda, melhorar o seu desempenho, seja através do incremento do recurso aos meios tecnológicos, seja pela simplificação de procedimentos e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, a DGTF tem desenvolvido um trabalho sistemático de identificação de áreas e processos passíveis de otimização por esta via.

As tecnologias da informação e de comunicação são, por isso, uma forte aposta da DGTF, dado traduzirem uma oportunidade de moldar e influenciar positivamente comportamentos ao nível profissional e até mesmo social.

Por essa razão, e porque pretende posicionar-se na linha da frente em termos de disponibilização e utilização de instrumentos tecnologicamente avançados, em 2012, a DGTF continuou a desenvolver e a aprofundar projetos de grande importância para a gestão das suas atividades, tais como o Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIIE), o Sistema de Informação das Garantias e Empréstimos do Estado (SIGE) e o Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

Em 2013, a DGTF centrará os seus esforços na implementação do projeto de gestão documental interno, apostando, ainda, no reforço do desenvolvimento de ferramentas informáticas de apoio à gestão nas áreas das garantias do Estado e da bonificação de juros.

Porque a DGTF se defronta, atualmente, com uma acentuada escassez de recursos humanos, mormente em áreas técnicas, reputa-se como fator essencial à melhoria do desempenho o preenchimento de postos de trabalho que se encontram vagos, situação que se procura mitigar através dos mecanismos legais nesta matéria disponíveis, tendo, no entanto, em consideração, e estando também consciente, das limitações existentes quanto à contratação de novos trabalhadores por pessoas coletivas de direito público.

4. ANÁLISE DO QUAR

4.1. Objetivos de Eficácia

QUAR 1 - Otimizar o processo de rentabilização do património imobiliário público

No âmbito do objetivo aqui identificado e tendo em vista a prossecução da política de valorização e rentabilização do património imobiliário público, em ordem a garantir a eficiência e racionalização da gestão dos recursos públicos, foi atingido um valor de vendas de 9.704.189,47 € de património do Estado e dos Institutos Públicos, montante que ficou aquém do valor determinado pelo Governo, tendo em conta, designadamente, a forte contração que se vive no setor imobiliário em particular e no País em geral.

Destacam-se, ainda, os seguintes constrangimentos:

- Não obstante a negociação com AT para utilização da sua plataforma, a mesma não foi disponibilizada em tempo oportuno.
- Os imóveis do Estado afetos ao Ministério da Defesa Nacional só foram disponibilizados para alienação em novembro, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2012, de 13 de novembro, o que inviabilizou a sua regularização registal em tempo útil e subsequente alienação.
- Pese embora tenha sido autorizada a alienação de 4 imóveis do Estado situados no estrangeiro, afetos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, no montante global de cerca de 8,5M€, só foi possível a concretização de uma venda no montante muito próximo dos 5 M€.

Tendo em atenção o esforço desenvolvido no sentido de concentrar o recebimento de rendas nesta Direção-Geral, em substituição dos serviços de finanças, foi possível atingir o indicador relativo ao valor efetivo de rendas, acrescido do valor dos processos de arrendamento autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31 de dezembro.

QUAR 2 - Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas

A necessidade de cumprimento das medidas previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal, associado à sua regular revisão, exigiram a necessidade de implementação de reformas e medidas especiais ao nível de contenção e rigor de gestão nas empresas do SEE, por forma a viabilizar, quer a redução do esforço financeiro do Estado associado a essas empresas e, consequentemente, a redução do défice orçamental público, como também a redução dos níveis do seu endividamento bancário. O Programa de Redução de Gastos Operacionais, as medidas de contenção do nível de investimentos, os limites impostos ao acréscimo de endividamento, o Plano de Redução dos Prazos Médios de Pagamentos a Fornecedores, são exemplos de programas dirigidos às empresas do SEE, cujo cumprimento por estas se tornou premente acautelar.

Nesse domínio, assumiu particular relevância a intensificação do acompanhamento pelo acionista da gestão dessas empresas, por forma a garantir o conhecimento regular da respetiva situação económica e financeira e da implementação das medidas de contenção definidas.

Foi igualmente necessária uma crescente canalização de esforços por parte da DGTF no domínio da monitorização do reporte à *Troika* da implementação das medidas definidas no PAEF relativamente às empresas do SEE (prevendo-se que fossem atingidas 400 ações, vieram na realidade a efetuar-se 470).

As mesmas razões exigiram um reforço das ações de monitorização previstas ao nível da verificação do cumprimento pelas empresas do SEE das medidas de contenção e disciplina previstas no PEC. Assim, prevendo-se a realização de 400 ações de monitorização, foram efetivamente concretizadas 482, traduzindo uma taxa de realização de 121%.

4.2. Objetivos de Eficiência

QUAR 3 – Melhorar a Gestão de Processos

Foi atingido em 60% o objetivo de implementação do Projeto de Gestão Documental, tendo sido cumprida a meta estabelecida para o ano em análise, não obstante o projeto só ter sido reativado no mês de agosto. Destaca-se, neste âmbito, ter sido garantida a conclusão da fase de análise e produção do caderno de especificação de requisitos, associado a este projeto.

QUAR 4 - Melhorar a resposta na gestão de arrendamentos para instalação de serviços do Estado

Para um total de 297 pedidos de avaliação foram produzidos ou analisados 220 relatórios vertidos em informação (74%), tendo sido dada resposta a todos os pedidos de avaliação para arrendamento.

4.3. Objetivos de Qualidade

QUAR 5 - Melhorar a qualidade da prestação de serviços

O quadro de dificuldades sentidas pelo país no domínio do défice e da dívida pública exigem uma gestão rigorosa dos recursos financeiros do Estado, assumindo particular importância neste domínio, o conhecimento tempestivo pelos membros do governo de informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE para efeitos da necessária tomada de decisões.

Face ao objetivo de atingir um prazo médio de 4 dias úteis após o final do mês a que a informação respeita, foi atingido um prazo médio de 3,75 dias úteis, o que permitiu o cumprimento do objetivo estabelecido.

QUAR 6- Cumprir os prazos de divulgação de relatórios de informação periódica das áreas operacionais

As práticas de boa governação que o Estado, na sua vertente acionista, pretende cumprir aconselham o princípio da transparência, no domínio do qual se torna fundamental a divulgação sistemática de informação sobre a situação económica e financeira das empresas do SEE, com tradução na divulgação de Relatórios anuais e boletins trimestrais no portal da DGTF. A RCM n.º 49/2007, de 28 de março, que define os princípios de bom governo, atribui, ainda, à DGTF responsabilidades no âmbito da publicação de relatório anual sobre o cumprimento dos Princípios de Bom Governo.

A Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, prevê a divulgação de Relatórios semestrais sobre o regime de capitalização pública para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

Na vertente SEE foi atingido um desvio médio de antecipação de 6,3 dias úteis na apresentação ao Governo dos relatórios, o que permitiu a superação do objetivo (desvio médio de 5 dias úteis).

Relativamente aos Relatórios sobre garantias ou empréstimos do Estado o número de dias úteis de antecipação na apresentação dos Relatórios ultrapassou o objetivo fixado, tendo em média, correspondido a 9,75 dias.

Na área patrimonial, em 2012 apenas se produziu o relatório anual do PGPI/2012. Por outro lado, o desvio observado justifica-se pelo facto de no início de 2012 ter sido superiormente entendido adequado proceder-se à revisão geral quantitativa e sobretudo qualitativa dos dados do SIIE, identificando-se objetivamente um conjunto de lacunas, irregularidades ou incongruências (valores anómalos de áreas, rendas, etc.) nos principais dados associados que, em sede de tratamento estatístico, influem significativamente nos apuramentos finais.

Nessa sequência, as listagens provisórias dos registos por ministério obtidas neste processo foram remetidas às respetivas UGP, as quais solicitaram junto das entidades a validação dos dados inseridos no SIIE sob a sua responsabilidade. Findo o prazo estipulado para o efeito, a 12 de março de 2012 foram extraídos do SIIE novos dados, que se consideraram os definitivos para a elaboração do relatório em apreço, no que se refere ao Eixo de Inventariação, sendo evidente que, perante o acabado de expor, se tornou inviável o cumprimento da meta prevista para apresentação do relatório.

QUAR 7- Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DGTF

A qualificação dos trabalhadores da DGTF é uma área que se pretende que seja melhorada, tendo em conta as respetivas áreas de atuação e as especiais exigências que são solicitadas aos seus colaboradores.

O objetivo aqui identificado foi cumprido, na medida em que o número de trabalhadores sujeitos a formação cifrou-se em 93, face à meta estabelecida (entre maior ou igual a 80 e igual a 90 trabalhadores a abranger por ações de formação no período de 2011-2013).

5. DESEMPENHO COMPARATIVO/AVALIAÇÃO

5.1. AVALIAÇÃO INTERNA - ESTUDO DE AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

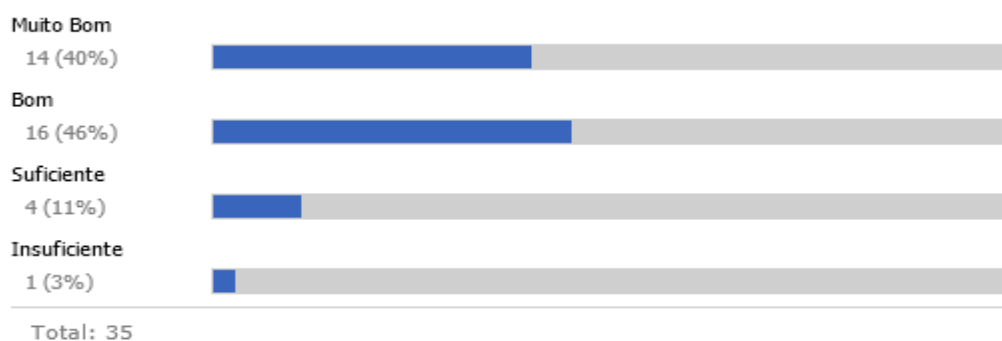
Porque se quer manter como uma organização de referência no contexto das Instituições Públicas nacionais e porque, para tal, é essencial “medir para melhorar”, foi realizado um inquérito à satisfação dos utilizadores de informática, de forma a aferir as suas expectativas, bem como os níveis de satisfação, pois, conforme é unanimemente reconhecido, o esforço, o empenho e a dedicação na melhoria dos processos tecnológicos, são fundamentais para o sucesso das organizações.

Neste sentido, sob a perspetiva de "medir para compreender e melhorar", a DGTF realizou um inquérito interno à satisfação das pessoas que trabalham na DGTF, para perceber o grau e níveis de satisfação quanto ao apoio prestado ao utilizador por parte dos sistemas de informação.

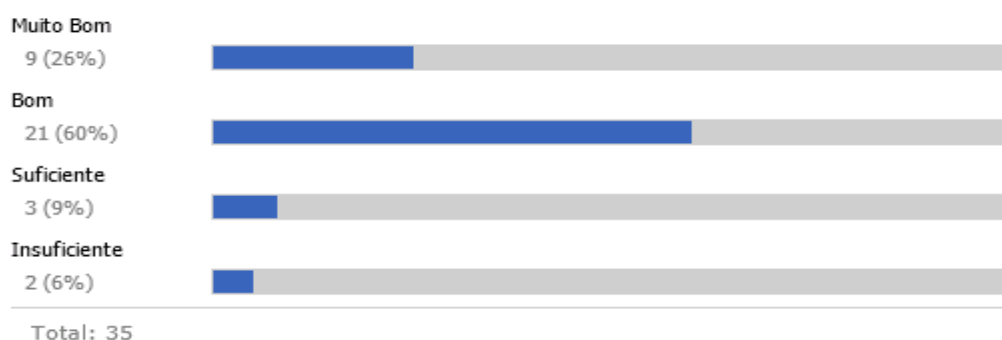
O inquérito foi conduzido pela DSGR, unidade orgânica com atribuições cometidas nesta matéria, de forma totalmente idónea e confidencial.

Com os elementos extraídos do inquérito de satisfação ao utilizador de informática, obtiveram-se 444 pontos num total possível de 560 o que constitui uma percentagem de 79,3%, os quais são melhor explicitados nos gráficos seguintes:

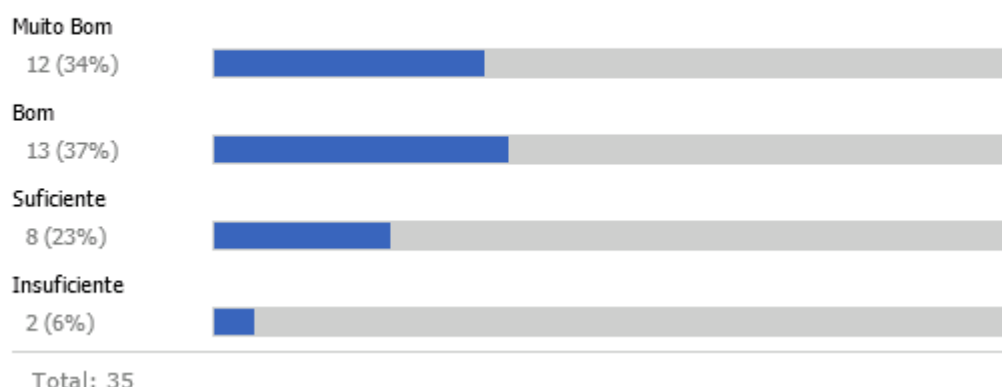
1. Qualidade do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos



2. Nível de eficácia na resolução dos problemas reportados



3. Rapidez do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos e das intervenções técnicas



4. Nível de afabilidade no contacto com o utilizador

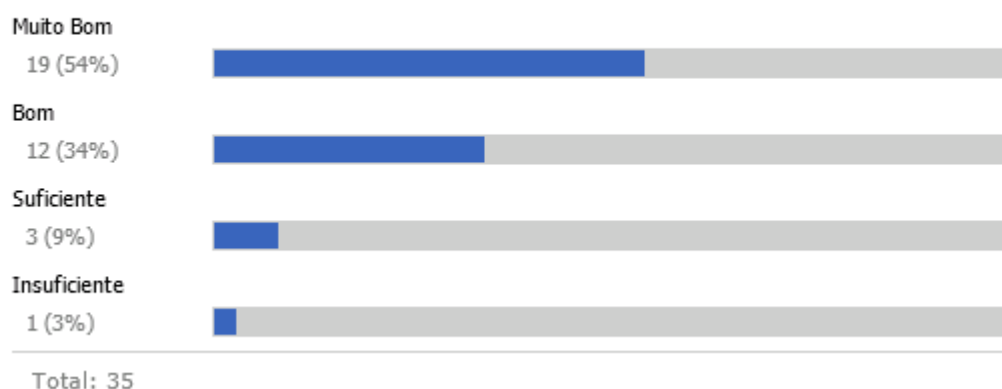


Figura 8 – Resultados do inquérito de satisfação ao utilizador de informática

Com base nos resultados deste inquérito, serão identificados os pontos-chave no apoio ao utilizador que possam ser objeto de intervenção prioritária e definido o respetivo plano de melhorias a desenvolver em 2013, sempre que necessário.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No decurso de 2012, a DGTF foi mais uma vez confrontada com desafios significativos e ao mesmo tempo estimulantes, cuja resposta adequada em muito se ficou a dever ao profissionalismo de todos aqueles que estiveram envolvidos na sua execução, tendo em conta, em muitos dos casos, o carácter imprevisível de que se revestiram, em parte mercê da intervenção a que Portugal foi sujeito por parte dos organismos europeus, a qual provocou impactos profundos na economia portuguesa e para cuja superação a DGTF tem constituído um relevante instrumento para a concretização das políticas públicas.

Perante esta realidade, é de salientar as ações relevantes onde a DGTF esteve presente, identificando as que pela sua natureza e, ou, carácter mais marcadamente inovador ou complexidade se destacam no **Anexo II** ao presente relatório.

CAPÍTULO III - RECURSOS ENVOLVIDOS

1. AFETAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS

Esta atividade encontra-se concentrada na DSGR e abrange o conjunto de ações/atividades/tarefas relacionadas com a gestão dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos.

Ademais, trata-se de uma atividade de execução relacionada com todos os atos relativos aos trabalhadores e que são típicos dos serviços de Recursos Humanos.

A gestão, conservação e manutenção das instalações da DGTF e dos seus equipamentos foi assegurada nos moldes habituais.

Efetuiu-se a aquisição e instalação de *hardware* e *software*, bem como foi assegurada a manutenção da rede de comunicações, dos servidores, do Site da DGTF, dos computadores pessoais, da segurança da rede informática, da gestão de contratos e de assistência técnica informática, bem como a gestão e distribuição dos equipamentos informáticos.

1.1. ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

O âmbito de intervenção da DGTF é diversificado, necessitando de recursos humanos e técnicos adequados para dar resposta às constantes solicitações decorrentes da sua missão.

Continua a manter-se o desajustamento qualitativo e quantitativo do quadro de pessoal da DGTF, salientando-se, num universo de 155 trabalhadores, o seguinte:

- Quadro técnico superior (103), representando 66,45% do total do seu pessoal;
- Quadro técnico de informática (4), representando 2,58%, do total de efetivos;
- Elevada média etária – 51,61 anos;
- Ritmo acelerado de pedidos de aposentação: 34 processos só em 2012.

RECURSOS HUMANOS	
Direção	4
Dirigente Intermédio	18
Técnico Superior	103
Pessoal de Informática	4
Assistente Técnico / Técnico de Nível Intermédio	17
Assistente Operacional	9
Total	155

Figura 9 – Recursos humanos

Pretende-se, no entanto, mitigar o “desajustamento qualitativo” elevando as competências dos trabalhadores, através da prossecução de um objetivo relativo à formação como consta do QUAR, na sequência RCM n.º 89/2010, de 17 de novembro.

Deste modo, a vertente formativa é essencial, enquanto instrumento para atingir os objetivos definidos e o nível de qualidade exigida no respeito pelos seguintes princípios:

- Contribuir para uma cultura de mérito e de exigência, com um elevado nível de qualidade;
- Melhorar o desempenho profissional dos trabalhadores da DGTF, proporcionando-lhes condições que fomentem a criatividade, o espírito crítico e de iniciativa;
- Garantir as orientações do Governo em matéria de formação;
- Incrementar a introdução de novas práticas e conhecimentos, face às alterações legislativas e tecnológicas, privilegiando também as matérias de igualdade de género e cidadania.

Na área de recursos humanos, essencial para o bom desempenho da DGTF, promoveu-se a execução de 45 ações de formação (38 ações externas e 7 internas), as quais abrangeram 93 trabalhadores, num total de 2734 horas de formação, sendo 943 horas na vertente externa e 1791 na vertente interna.

1.2. BALANÇO SOCIAL

Relativamente ao Balanço Social, que consta do **Anexo III**, salientamos os seguintes aspetos que marcaram o ano de 2012:

- Tendência de redução do número de efetivos, contando o ano de 2012 com 155 pessoas, o que traduz um decréscimo de 3 pessoas relativamente a 2011, ou seja, de 1,9 %;
- Mantém-se o manifesto envelhecimento de efetivos, atingindo o nível etário 51,61 anos, com um acréscimo relativamente a 2011 de 0,5, face à saída temporária de 4 pessoas do escalão etário 35-44, mantendo-se, no entanto, a faixa etária mais representativa nos 55-59 anos, representando 23,23% dos efetivos;
- Elevado nível médio de antiguidade (25,75), com um acréscimo de 0,26 relativamente a 2011 devido ao número de saídas definitivas ocorridas em 2012, mantendo-se a maior expressão de efetivos na faixa dos 30-34 e 25-29 anos de serviço, possuindo cerca de 50% dos efetivos uma antiguidade igual ou superior a 28 anos;
- A licenciatura é o grau de habilitações predominante, correspondendo a 51,61% dos efetivos totais e 87,74% têm um nível de habilitações igual ou superior ao 11º ano, traduzindo-se assim, num acréscimo de nível habilitacional dos efetivos da DGTF de 0,03% face ao ano 2011;
- Acréscimo da taxa de absentismo na ordem de 2,09%, relativamente a 2011, passando a situar-se nos 8,62;
- O número total de horas de formação foi de 2.734, com um custo de 18.465,63 €, representando, face ao efetivo médio, um grau de participação de 0,59/efetivo e um custo de 118 €.

Assim, em síntese, no quadro *infra* evidencia-se o perfil tipo do trabalhador da DGTF em 2012:

Género	Carreira	Habilitação	Média Idade	Média Antiguidade	Relação Jurídica de emprego	Regime de horário trabalho
Mulher	Técnica Superior	Licenciatura	52,26	26,28	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	Flexível

Figura 10- Perfil tipo do trabalhador DGTF

1.3. ALOCAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

O quadro *infra* evidencia os recursos financeiros executados pela DGTF, no ano de 2012, por comparação ao ano anterior:

Recursos Financeiros	Execução 2011	Execução 2012
Despesas com Pessoal	5.448.646 €	4.469.248 €
Aquisição de Bens e Serviços	1.718.286 €	1.309.547 €
Aquisições de Bens de Capital	28.440-€	16.776 €
Orçamento Funcionamento	7.195.372 €	5.795.571 €
PIDDAC	20.803 €	417.961 €
Capítulo 60/ Divisão 01	9.959.950.877 €	13.136.730.371 €
Total Recursos Financeiros DGTF	9.967.167.052 €	13.142.927.127 €

Figura 11: Recursos Financeiros

CAPÍTULO IV - AVALIAÇÃO FINAL

O presente Relatório de Atividades, além de consubstanciar uma análise à atuação da DGTF e, consequentemente, a avaliação final do desempenho da atividade desenvolvida no contexto da concretização do Plano de Atividades de 2012, deve permitir também uma reflexão crítica sobre o trabalho realizado, comparando o real impacto do executado em relação ao planeado e identificando, sempre que possível, ações de melhoria que possam contribuir para dar satisfação às necessidades, de caráter interno e/ou externo.

Como é consabido, no ano de 2012 verificou-se um quadro de agravamento dos constrangimentos de ordem orçamental, financeira e de recursos humanos a par da manutenção do âmbito de intervenção e das atribuições da DGTF, tendo esta pautado a sua atuação pelo esforço de manter, igualmente, os níveis de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados, bem como o seu reconhecimento enquanto entidade de referência no contexto das Instituições Públicas Nacionais, em especial no âmbito da execução das políticas económico-financeiras da República Portuguesa.

À semelhança do que tem sucedido nos anos anteriores, o presente Relatório de Atividades pretende refletir, de uma forma sumária, o esforço desenvolvido pela DGTF ao longo do ano de 2012, evidenciando-se os resultados das ações desenvolvidas pelo serviço, com o objetivo de cumprir as metas inicialmente traçadas ou redefinidas em função das circunstâncias envolventes e em concreto verificadas.

Porém, como em qualquer Organização e como já deixámos evidenciado supra, a DGTF é comumente confrontada com inúmeros constrangimentos, os quais não obstaram ao cumprimento dos seus objetivos.

Com efeito, face à amplitude de atribuições que lhe estão cometidas e à inerente diversidade de atividades desenvolvidas, a DGTF é alvo de um elevado número de solicitações externas, a maior parte das vezes não programadas e com reduzidos prazos de resposta, o que conduz à necessidade de redefinição de prioridades e reprogramação de outras.

Não obstante, congratulamo-nos por poder afirmar que conseguimos dar resposta, muitas delas pró-ativas, em tempo oportuno e com qualidade, aos desafios que nos foram colocados, assegurando a realização das inúmeras e exigentes atividades, a cargo das diversas áreas operativas e de suporte, as quais constituem a base do funcionamento diário e contínuo e dos resultados que têm sido alcançados pela DGTF.

Ademais, não podemos deixar de referir o facto de a DGTF ter sido instada a aumentar a sua capacidade de resposta nas áreas de atividade mais diretamente expostas aos fatores externos e de, simultaneamente, ser confrontada, mais uma vez, com uma forte insuficiência de recursos humanos nas suas diversas áreas de atuação.

No que respeita em concreto aos recursos humanos, especialmente a nível qualificado, a dificuldade no reforço desta componente, durante o ano de 2012, foi um dos aspetos mais condicionantes da implementação plena e rigorosa das atribuições da DGTF, face às limitações legais atualmente impostas ao recrutamento de colaboradores.

Não obstante as limitações acima identificadas, a DGTF continua a conduzir a sua atuação, de forma a, designadamente, alcançar elevados padrões de racionalização de recursos e de eficiência dos procedimentos que desenvolve, a promover a participação de todos os colaboradores em prol dos objetivos comuns, a cooperar e estabelecer parcerias com outros organismos com áreas complementares de intervenção, facilitando a partilha de informação e a obtenção de sinergias e, por fim, a privilegiar um comportamento norteado pela legalidade, ética, integridade, equidade e independência.

Ainda durante o ano de 2012, não podemos deixar de destacar o facto de com a alteração da Orgânica do XIX Governo Constitucional, as atribuições nas áreas do Tesouro e das Finanças terem sido objeto de ajustamento, operando-se a separação por duas áreas de competências distintas, a do Tesouro e a das Finanças, o que se traduz na existência de uma dupla tutela sobre esta Direção-Geral.

*Deste modo, no quadro das atribuições e competências que hoje estão cometidas à DGTF, e conforme resultou da avaliação do cumprimento do QUAR, para efeito do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 27 de dezembro, **considera-se que a avaliação global do desempenho da DGTF é positiva, propondo-se, em resultado da autoavaliação e ao abrigo do disposto no artigo 18.º da citada Lei, a menção de DESEMPENHO ADEQUADO, traduzida numa taxa de realização final de 105,3%, sendo de realçar os significativos índices de produtividade e de custo-eficácia obtidos, conforme se evidenciou no ponto 1.1., do Capítulo II, bem como as atividades que foram concretizadas com sucesso.***

Por último, cumpre manifestar o apoio e a colaboração de diversas entidades que contribuíram para o desempenho da DGTF, das quais é merecido destacar:

- A Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças e posteriormente Secretária de Estado do Tesouro e seus Gabinetes, pelo apoio, confiança e forma sempre atenta como acompanhou a DGTF;*
- O Senhor Secretário de Estado das Finanças e seu Gabinete, pelo apoio, confiança e forma sempre atenta como acompanhou a DGTF;*
- As entidades que connosco interagem na prossecução das suas atribuições;*
- Os dirigentes e trabalhadores da DGTF, sem o esforço dos quais a concretização da estratégia e objetivos a que nos propusemos não seria possível.*

Para todos, os nossos agradecimentos e a certeza de que tudo faremos para continuar a merecer o seu apoio.

A Diretora-Geral,

Elsa Roncon Santos

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSPE	Ob1: Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas – medidas <i>Troika</i>				
	Indicador: Número de ações de monitorização do reporte à Troika da implementação das medidas definidas no programa de assistência financeira a Portugal quanto às empresas SEE (n.º de empresas da carteira principal).			Meta: 400 ações de monitorização	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: O número de ações de monitorização (470) registou uma intensificação em resultado do esforço de garantia de maior fiabilidade da informação reportada à Troika relacionada com as empresas do SEE e também por força de ajustamentos adicionais nos dados a reportar definidos pela Troika ao longo do ano					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): naturalmente esta intensificação de ações de monitorização traduziu-se num processo de melhoria do nível de acompanhamento das empresas públicas					
DSPE	Ob2: Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas – medida PEC				
	Indicador: Número de ações de monitorização do cumprimento das medidas estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento, pelas empresas públicas (N.º de empresas da carteira principal).			Meta: 400 ações de monitorização.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: O número de ações de monitorização registou uma intensificação (482) em resultado do esforço de garantia de maior fiabilidade da informação reportada pelas empresas, por força, designadamente das questões suscitadas em torno do endividamento das empresas e das operações de cobertura de risco negociadas					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): naturalmente esta intensificação de ações de monitorização traduziu-se num processo de melhoria do nível de acompanhamento das empresas públicas					
DSPE	Ob3: Melhorar a qualidade de reporte de informação sobre o Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE.				
	Indicador: Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega/número de informações).			Meta: Prazo médio de 4 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Conseguiu-se assegurar um prazo médio de comunicação da ordem do objetivo fixado, ou seja 3,75.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Deste modo, com o cumprimento do objetivo que atingiu até uma ligeira superação, garantir-se uma melhoria na qualidade do reporte de informação sobre o Esforço Financeiro do Estado associado ao SEE					

ANEXO I

Objetivos 2012

DSPE	Ob4: Melhorar o cumprimento dos prazos de divulgação de relatórios de informação periódica da área SEE.				
	Indicador: Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios da área SEE (Somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios da área SEE e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF / número total de relatórios).			Meta: Desvio médio de 5 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: O resultado alcançado que se cifra em 6,3 dias úteis, traduz o grande esforço canalizado para o cabal cumprimento do objetivo, tendo em vista assegurar uma otimização do processo de tomada de decisão por parte dos membros do governo, potenciada pela receção em tempo útil dos relatórios a aprovar para efeitos de divulgação no portal da DGTF.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSPE – Divisão do Património Empresarial (DPE)					
DPE	Ob1: Melhorar a qualidade do reporte de informação sobre o Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE.				
	Indicador: Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / número de informações).			Meta: Prazo médio de 4 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Conseguiu-se assegurar um prazo médio de comunicação da ordem do objetivo fixado (3,75).					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Deste modo, com o cumprimento do objetivo que atingiu até uma ligeira superação, garantir-se uma melhoria na qualidade do reporte de informação sobre o Esforço Financeiro do Estado associado ao SEE					
DPE	Ob2: Melhorar a qualidade da apresentação de proposta de pagamento de Indemnizações compensatórias, subsídios e realizações de capital				
	Indicador: N.º de dias úteis de antecipação da entrega de proposta fundamentada de realização de despesa em relação à data prevista para a realização da operação de pagamento.			Meta: Antecipação de 4 dias úteis em pelo menos 80% das operações.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Em resultado do esforço efetuado, conseguiu-se assegurar uma antecipação de 4 dias úteis em 80% das operações.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Com este resultado foi possível melhorar a qualidade do serviço prestado pela DPE					

ANEXO I

Objetivos 2012

DPE	Ob3: Melhorar a qualidade do reporte interno da informação.					
	Indicador: Apresentação no último dia da semana de relatórios atualizados e explícitos sobre assembleias gerais, processos de aprovação de R&C, identificação de órgãos sociais das empresas, SROC/ROC por empresa, cumprimento dos deveres especiais de informação, ou outros relevantes.			Meta: Apresentação de 5 relatórios em pelo menos 90% das semanas.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: O objetivo foi atingido tendo dado que foram elaborados 5 relatórios semanais em 90% das semanas						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Foi, deste modo possível melhorar a qualidade do serviço prestado pela área						
DPE	Ob4: Melhorar a qualidade da divulgação trimestral no portal da DGTF de informação sobre o Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE e sobre a Carteira de Participações Financeiras do Estado.					
	Indicador: Prazo médio em dias úteis de divulgação da informação no portal (somatório dos dias úteis, após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua divulgação/número de informações).			Meta: Prazo médio de 5 dias úteis.		
	Resultado					
	Não Atingido	X	Atingido		Superado	
Nota explicativa: Não se mostrou possível o cumprimento do objetivo, na medida em que o processo de divulgação de informação foi objeto de alteração no decurso do ano, passando a não depender exclusivamente da DGTF, (4,96)						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

DSPE – Divisão de Análise e Acompanhamento (DAA)					
DAA	Ob1: Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas – medidas <i>Troika</i> .				
	Indicador: Número de ações de monitorização do reporte à Troika da implementação das medidas definidas no programa de assistência financeira a Portugal quanto às empresas SEE (n.º de empresas da carteira principal).			Meta: 400 ações de monitorização.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado

ANEXO I

Objetivos 2012

Nota explicativa: O número de ações de monitorização (470) registou uma intensificação em resultado do esforço de garantia de maior fiabilidade da informação reportada à Troika relacionada com as empresas do SEE e também por força de ajustamentos adicionais nos dados a reportar definidos pela Troika ao longo do ano					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): naturalmente esta intensificação de ações de monitorização traduziu-se num processo de melhoria do nível de acompanhamento das empresas públicas					
DAA	Ob2: Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas – medida PEC.				
	Indicador: Número de ações de monitorização do cumprimento das medidas estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento, pelas empresas públicas (N.º de empresas da carteira principal).			Meta: 400 ações de monitorização.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: O número de ações de monitorização (482) registou uma intensificação em resultado do esforço de garantia de maior fiabilidade da informação reportada pelas empresas, por força, designadamente das questões suscitadas em torno do endividamento das empresas e das operações de cobertura de risco negociadas					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): naturalmente esta intensificação de ações de monitorização traduziu-se num processo de melhoria do nível de acompanhamento das empresas públicas					
DAA	Ob3: Melhorar o cumprimento dos prazos de divulgação de relatórios de informação periódica da área SEE				
	Indicador: Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios da área SEE (Somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios da área SEE e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF / número total de relatórios).			Meta: Desvio médio de 5 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: O resultado alcançado (6,3 dias úteis) traduz o grande esforço canalizado para o cabal cumprimento do objetivo, tendo em vista assegurar uma otimização do processo de tomada de decisão por parte dos membros do governo, potenciada pela receção em tempo útil dos relatórios a aprovar para efeitos de divulgação no portal da DGTF.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável) Com o resultado atingido, conseguiu-se melhorar a qualidade do serviço prestado pela DGTF, facilitando o processo de tomada de decisão pelos membros do governo competentes					
DAA	Ob4: Assegurar a elaboração de projeto de despacho coerente e suportado em parecer fundamentado, claro, conciso e abrangente, com orientação de sentido de voto do acionista Estado em cada AG.				
	Indicador: N.º de dias úteis de antecipação da apresentação de projeto de despacho em relação à data da realização de cada AG.			Meta: 5 dias úteis de antecipação.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado

ANEXO I

Objetivos 2012

Nota explicativa: Foi feito um esforço no sentido de garantir a apresentação dos projetos de despacho com a maior antecipação possível, com o objetivo de facilitar o processo de tomada de decisão pelos membros do governo competentes (6 dias úteis).

Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Com o resultado atingido, conseguiu-se melhorar a qualidade do serviço prestado pela DGTF, facilitando o processo de tomada de decisão pelos membros do governo competentes

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSAF	Ob1: Assegurar a qualidade da prestação de informação sobre os apoios do Estado.				
	Indicador: Nº de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a seleccionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Fundamentação - 1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores, sendo que 1 corresponde a insatisfatório, 2 a suficiente e 3 a bom.			Meta: Pontuação obtida entre 21 a 27 em cada informação.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A pontuação atingida nas 3 informações seleccionadas aleatoriamente é de 33 pontos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					
DSAF	Ob2:Assegurar o cumprimento dos prazos de divulgação dos relatórios de informação periódica a serem remetidos ao Governo para envio à Assembleia da República.				
	Indicador: Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios sobre Garantias ou empréstimos do Estado (somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF/Número total de relatórios.			Meta: Desvio médio de 3 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: O nº de dias úteis de antecipação na apresentação dos relatórios ultrapassou largamente o objetivo fixado, tendo em média correspondido a 9,75 dias.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					

ANEXO I

Objetivos 2012

DSAF	Ob3:Assegurar a representação de Portugal nas reuniões plenárias da OCDE e do Conselho da U.E. sobre créditos à exportação				
	Indicador: Percentagem de participação nas reuniões plenárias do Conselho da U.E. e da OCDE.		Meta: Participação entre 85% e 95% das reuniões plenárias sobre crédito à exportação.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A DSAF assegurou a participação de Portugal em 100 % das reuniões plenárias identificadas.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSAF – Divisão de Bonificações e Incentivos (DBI)					
DBI	Ob1: Assegurar a qualidade da prestação de informação sobre os apoios do Estado.				
	Indicador: Nº de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a selecionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Fundamentação - 1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores, sendo que 1 corresponde a insatisfatório, 2 a suficiente e 3 a bom			Meta: Pontuação obtida entre 21 e 27.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: A pontuação atingida nas 3 informações selecionadas aleatoriamente é de 33 pontos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					
DBI	Ob2: Executar a migração tecnológica do SCH.				
	Indicador: Conclusão dos testes de compatibilização entre o SCH e o SAF Portal.			Meta: setembro de 2012.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A DBI concluiu os testes de compatibilização em junho de 2012.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2012

DBI	Ob3: Garantir a disponibilização tempestiva de informação sobre previsão da despesa ou respetiva execução orçamental.				
	Indicador: Prazo de disponibilização da informação a partir da data em que é solicitada			Meta: Desvio médio de 3 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A DBI presta a informação solicitada até ao dia seguinte ao do pedido					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					

DSAF – Divisão de Garantias e Empréstimos (DGE)					
DGE	Ob1: Assegurar a qualidade da prestação de informação sobre os apoios do Estado.				
	Indicador: Nº de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a selecionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Fundamentação - 1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores, sendo que 1 corresponde a insatisfatório, 2 a suficiente e 3 a bom			Meta: Pontuação obtida entre 21 e 27.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A pontuação atingida nas 3 informações selecionadas aleatoriamente é de 28 pontos					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					

DGE	Ob2: Assegurar a prestação de informação sobre as necessidades de financiamento das empresas do SEE.				
	Indicador: Prazo médio, em dias úteis, de divulgação da informação (somatório dos dias úteis, após ofinal do mês a que a informação reporta até à data da sua prestação/12)			Meta: Desvio médio de 10 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado

ANEXO I

Objetivos 2012

Nota explicativa: O prazo médio corresponde a 3,08 dias.

Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3

DGE	Ob3: Assegurar o cumprimento dos prazos de divulgação dos relatórios de informação periódica a serem remetidos pelo Governo à Assembleia da República.				
	Indicador: Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios sobre Garantias ou empréstimos do Estado (somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF/Número total de relatórios.			Meta: Desvio médio de 3 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: O nº de dias úteis de antecipação na apresentação dos relatórios ultrapassou largamente o objetivo fixado, tendo em média correspondido a 9,75 dias.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DGFO	Ob1: Adequar as dotações orçamentais relativas ao Capítulo 60º aos respetivos compromissos.				
	Indicador: Nº de dias úteis decorridos entre a constatação da insuficiência orçamental ou duodecimal e a submissão do pedido à consideração superior.			Meta: Entre a constatação da insuficiência orçamental e a submissão do pedido à consideração superior decorrem, sempre, no máximo, 2 dias úteis contados após a disponibilização de todos os elementos necessários para o efeito.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A média anual foi de 1 dia útil					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2012

DGFO	Ob2: Assegurar a disponibilização a outras entidades de informação financeira relativa à atividade da DGTF após a recolha de dados.				
	Indicador: N.º de dias úteis entre a data do pedido de dados e a disponibilização a outras entidades. Consideram-se a disponibilização de dados ao Governo, DGO, TC, BdP, INE, bem como aos auditores de diversas entidades públicas e privadas. Considera-se como data de disponibilização a data de envio de email ou data de saída de ofício de comunicação.		Meta: Entre a data de recolha de receção de todos os contributos das unidades orgânicas e a disponibilização decorrem sempre, no máximo, 3 dias úteis.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A média anual foi de 2 dias úteis. Salienta-se que a quantidade de dados/informações remetidas tem vindo a aumentar substancialmente principalmente as destinadas à DGO e à Secretaria-Geral					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DGFO	Ob3: Assegurar o correto e tempestivo envio de ficheiros através de sistemas de execução orçamental das receitas e das despesas excecionais processadas pela DGTF para a DGO e a entidade de serviços partilhados da Administração Pública.				
	Indicador: Taxa percentual de cumprimento dos prazos (n.º de ficheiros enviados dentro do prazo / n.º de ficheiros que deveriam ter sido enviados.		Meta: Taxa de cumprimento dos prazos entre 95% e 100%.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Os ficheiros foram sempre enviados cumprindo o respetivo prazo de envio					
Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):					
DGFO	Ob4: Assegurar a disponibilização de informação relativa à gestão financeira de patrimónios autónomos.				
	Indicador: Taxa percentual de cumprimento dos prazos (n.º de documentos produzidos cumprindo o prazo estabelecido ÷ n.º total de documentos produzidos). Os prazos são: relatórios previstos legalmente = antecipar o prazo legal de entrega do relatório em entre 7 a 5 dias úteis; aplicações financeiras = entrega os dados com um dia útil de antecedência em relação ao início da aplicação; informação solicitada pelos órgãos directivos ou pelo Governo = entrega da informação solicitada 2 dias úteis após o pedido.		Meta: Taxa de cumprimento de prazos entre 75% e 85%.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: No que se refere à produção de relatórios anuais, a finalização ocorreu 2 dias após a obtenção da certidão passada pelo IGCP e relativa a juros recebidos e aplicações em vigor à data de 31.12.2010.					

ANEXO I

Objetivos 2012

Quanto às renovações de aplicações financeiras, a ordem foi dada ao ICGP com a antecedência de 1 ou 2 dias em relação à data do respetivo vencimento, consoante esteve em causa uma mais favorável taxa de juro.

A produção de relatórios de informação de gestão e a elaboração de informações ocorreu no prazo médio de 2 dias úteis após a respetiva solicitação.

Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSGP	Ob1: Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação do Património Disponível de forma a contribuir para um valor de receita entre os 45 e os 55 milhões de euros.				
	Indicador: Valor das vendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2012.			Meta: 50 M€. Tolerância de 5 M€, [45;55].	
	Resultado 9.704.189,47 €				
	Não Atingido	X	Atingido		Superado
Nota explicativa: O objetivo não foi atingido face aos seguintes constrangimentos: 1. Não obstante a negociação com AT para utilização da sua plataforma, até ao momento a mesma ainda não foi disponibilizada; 2. Os imóveis do Estado afetos ao Ministério da Defesa Nacional só foram disponibilizados para alienação em novembro, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2012, de 13 de novembro, o que inviabilizou a sua regularização registal em tempo útil e subsequente alienação. 3. Pese embora tenha sido autorizada a alienação de 4 imóveis do Estado situados no estrangeiro, afetos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, no montante global de cerca de 8,5M€, só foi possível a concretização de uma venda no montante muito próximo dos 5 M€. 4. Dos 113 imóveis colocados em hasta, pelo valor global de cerca de 13 M€. só foram alienados 28 pelo montante de 1.8 M€ euros, o que se traduz numa taxa de realização de 15% do valor de venda. Para este desiderato contribuiu de forma decisiva a forte contração económica que se vive no setor imobiliário em particular e no País em geral.					
Ligação ao Objetivo Operacional OE1, indicador 1					
DSGP	Ob2: Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Administração do Património de forma a contribuir para um valor de receita entre os 550 e os 750 mil euros.				
	Indicador: Valor das rendas (milhares de euros), acrescido do valor dos processos de arrendamento autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31 de dezembro de 2012.			Meta: 700 mil euros. Tolerância de 100 mil euros, [500;700].	
	Resultado 703.548,06 €				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foi possível cumprir este objetivo tendo em conta o esforço desenvolvido no sentido de concentrar o recebimento de rendas nesta Direção-Geral, em substituição dos serviços de finanças					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE1, indicador 2					

ANEXO I

Objetivos 2012

DSGP	Ob3: Assegurar os procedimentos necessários à celebração de cessação de contratos de arrendamento para instalação de serviços públicos e à instrução dos procedimentos de aquisição gratuita e onerosa de imóveis bem como proceder à regularização jurídico-registral dos imóveis.				
	Indicador: Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º de processos para tratamento. Em percentagem.		Meta: Analisar 60% dos processos. Tolerância de 20% dos processos, [40%;80%] dos processos		
	Resultado 68%				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foram analisados 1497 processos do universo de 2188 processos para tratamento, o que se traduz num rácio de 68%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Não aplicável.					
DSGP	Ob4: Assegurar a fiabilidade e celeridade da informação de gestão prestada a organismos externos de controlo.				
	Indicador: Número de dias para prestar a informação quando solicitada.		Meta: 5 dias úteis. Tolerância de 1 dia [4;6]		
	Resultado 3 dias				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Em média, a informação quando solicitada é prestada num prazo de 3 dias úteis.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Não aplicável.					

DSGP – Divisão de Administração Patrimonial (DAP)					
DAP	Ob1:Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação e Administração do Património Imobiliário disponível.				
	Indicador: Imóveis disponibilizados para alienação e administração (Banco de Imóveis)			Meta: 20 imóveis. Tolerância de 5 imóveis, [15;25] Imóveis.	
	Resultado 62 imóveis				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foram disponibilizados 62 imóveis para a constituição do Banco de Imóveis					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Não aplicável.					

ANEXO I

Objetivos 2012

DAP	Ob2:Aumentar a capacidade de resposta da Unidade Orgânica no tratamento dos processos sobre sua incumbência.				
	Indicador: Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º de processos para tratamento em percentagem.		Meta: 60% dos processos. Tolerância de 10% dos processos, [50%;70%] processos.		
	Resultado 67%				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foram analisados 657 processos do universo de 984 processos para tratamento, o que se traduz num rácio de 67%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Não aplicável.					
DAP	Ob3:Diminuir o tempo de resposta às solicitações.				
	Indicador: Mediana da diferença entre a data de resposta e a data de entrada em dias úteis das solicitações.		Meta: 30 dias úteis. Tolerância de 10 dias úteis, [40;20] dias úteis.		
	Resultado 36 dias úteis				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: A mediana atingida foi de 36 dias úteis.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Não aplicável.					
DAP	Ob4: Assegurar com fiabilidade e celeridade a informação de gestão prestada a organismos externos de controlo.				
	Indicador: N.º de dias para prestar a informação quando solicitada.		Meta: 4 dias úteis. Tolerância de 1 dia útil, [5;3] dias úteis.		
	Resultado 2 dias úteis				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A informação é prestada no prazo de 2 dias úteis, quer anual quer semestralmente.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Não aplicável.					

ANEXO I

Objetivos 2012

DSGP – Divisão de Aquisições e Administração Patrimonial (DAAP)					
DAAP	Ob1: Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação e Administração do Património Imobiliário disponível..				
	Indicador: Imóveis disponibilizados para alienação e administração (Banco de Imóveis)		Meta: 20 imóveis. Tolerância de 5 imóveis, [15;25] Imóveis.		
	Resultado 78				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foram disponibilizados 78 imóveis para a constituição do Banco de Imóveis.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Não aplicável.					
DAAP	Ob2: Aumentar a capacidade de resposta da Unidade Orgânica no tratamento dos processos sobre sua incumbência.				
	Indicador: Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º de processos para tratamento. Em percentagem.		Meta: 60% dos processos. Tolerância de 10% dos processos, [50%;70%] processos.		
	Resultado 70%				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foram analisados 840 processos do universo de 1204 processos para tratamento, o que se traduz num rácio de 70%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Não aplicável.					
DAAP	Ob3: Diminuir o tempo de resposta às solicitações.				
	Indicador: Mediana da diferença entre a data de resposta e a data de entrada em dias úteis das solicitações.		Meta: 30 dias úteis. Tolerância de 10 dias úteis, [20;40] dias úteis.		
	Resultado 20 dias úteis				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: A mediana atingida foi de 20 dias úteis.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Não aplicável.					

ANEXO I

Objetivos 2012

DAAP	Ob4:Assegurar com fiabilidade e celeridade a informação de gestão prestada a organismos externos de controlo.				
	Indicador: N.º de dias úteis para prestar a informação quando solicitada.		Meta: 4 dias úteis. Tolerância de 1 dia útil, [5;3] dias úteis.		
	Resultado 4 dias úteis				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: A informação solicitada foi prestada no prazo de 4 dias úteis.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSATP	Ob1: Assegurar o acompanhamento e controlo da execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado (PGPI), através da elaboração dos relatórios normativamente previstos.				
	Indicador: Número de dias úteis de antecipação da entrega dos relatórios face ao calendário de publicação prevista no portal da DGTF.			Meta: Entrega dos relatórios com, pelo menos, dois (2) dias de antecipação.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
<p>Nota explicativa: : Em 2012 apenas se produziu o relatório anual do PGPI/2012, conforme determinação superior .</p> <p>O desvio observado (-41 dias) justifica-se pelo fato de no início de 2012 ter sido superiormente entendido adequado proceder-se à revisão geral quantitativa e sobretudo qualitativa dos dados do SIIE, identificando-se objetivamente um conjunto de lacunas, irregularidades ou incongruências (valores anómalos de áreas, rendas, etc.) nos principais dados associados que, em sede de tratamento estatístico, influem significativamente nos apuramentos finais.</p> <p>Nessa sequência, as listagens provisórias dos registos por ministério obtidas neste processo foram remetidas às respetivas UG P, as quais solicitaram junto das entidades a validação dos dados inseridos no SIIE sob a sua responsabilidade. Findo o prazo estipulado para o efeito, a 12 de março de 2012 foram extraídos do SIIE novos dados, que se consideraram os definitivos para a elaboração do relatório em apreço, no que se refere ao Eixo de Inventariação, sendo evidente que, perante o acabado de expor, se tornou inviável o cumprimento da meta prevista para apresentação do relatório.</p>					
Ligação ao Objetivo Operacional: Concorre para o Op6					

ANEXO I

Objetivos 2012

DSATP	Ob2: Assegurar a realização atempada de avaliações técnicas de imóveis inerentes ao cumprimento da missão da DGTF.				
	Indicador: % de Relatórios Técnicos elaborados.		Meta: Superior a 70%.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Dos 297 pedidos de avaliação de imóveis e de direitos constituídos ou a constituir sobre imóveis foram produzidos ou analisados 220 Relatórios					
Ligação ao Objetivo Operacional: Concorre para o Op4					
DSATP	Ob3: Assegurar a realização atempada e, sem erros, de relatórios, de levantamentos patrimoniais de imóveis, da sua certificação energética, de ações inspetivas ao património imobiliário do Estado, verificando a sua utilização ou estado de conservação e assegurando os procedimentos necessários e indispensáveis à execução das obras necessárias com a fiscalização da sua execução.				
	Indicador: Prazo de entrega.		Meta: Entre 10 e 15 dias úteis.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Todos os relatórios produzidos não ultrapassaram o intervalo de prazo					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSATP – Divisão de Cadastro e Inventário (DCI)					
DCI	Ob1: Assegurar o acompanhamento e controlo da execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado (PGPI), através da elaboração dos relatórios normativamente previstos.				
	Indicador: Número de dias úteis de antecipação da entrega dos relatórios, face ao calendário de publicações no portal da DGTF.		Meta: Entrega dos relatórios com, pelo menos, dois (2) dias de antecipação.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Em 2012 apenas se produziu o relatório anual do PGPI/2012, conforme determinação superior . O desvio observado (-41 dias) justifica-se pelo fato de no início de 2012 ter sido superiormente entendido adequado proceder-se à revisão geral quantitativa e sobretudo qualitativa dos dados do SIIE, identificando-se objetivamente um conjunto de lacunas, irregularidades ou incongruências (valores anómalos de áreas, rendas, etc.) nos principais dados associados que, em sede de tratamento estatístico, influem significativamente nos apuramentos finais.					

ANEXO I

Objetivos 2012

Nessa sequência, as listagens provisórias dos registos por ministério obtidas neste processo foram remetidas às respetivas UG P, as quais solicitaram junto das entidades a validação dos dados inseridos no SIIE sob a sua responsabilidade. Findo o prazo estipulado para o efeito, a 12 de março de 2012 foram extraídos do SIIE novos dados, que se consideraram os definitivos para a elaboração do relatório em apreço, no que se refere ao Eixo de Inventariação, sendo evidente que, perante o acabado de expor, se tornou inviável o cumprimento da meta prevista para apresentação do relatório.

Ligação ao Objetivo Operacional :Concorre para o Op6

DCI	Ob2: Melhorar a funcionalidade e atualização dos registos da plataforma eletrónica de inventariação de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos (SIIE).				
	Indicador: % dos registos de arrendamentos validados.			Meta: Superior a 80%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado

Nota explicativa: Até 31/12/2012 foram inseridos no SIIE 2399 registos de imóveis (Estado inquilino), em que 2394 são considerados válidos (isto é, com dados relativos à propriedade e à ocupação), obtendo-se assim um grau de cumprimento de 99,79%.

Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Concorre para o Op4

DSATP – Divisão de Avaliações e Inspeções Patrimoniais (DAIP)

DAIP	Ob1: Assegurar a realização atempada de avaliações técnicas de imóveis inerentes ao cumprimento da missão da DGTF.				
	Indicador: % de Relatórios Técnicos elaborados.			Meta: Superior a 70%	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado

Nota explicativa: Para um total de 297 pedidos de avaliação foram produzidos ou analisados 220 relatórios vertidos em informação (74%), tendo sido dada resposta a todos os pedidos de avaliação para arrendamento.

Ligação ao Objetivo Operacional: Concorre para o Op4

ANEXO I

Objetivos 2012

DAIP	Ob2: Assegurar a realização atempada e, sem erros, de relatórios, de levantamentos patrimoniais de imóveis, da sua certificação energética, de ações inspetivas ao património imobiliário do Estado, verificando a sua utilização ou estado de conservação e assegurando os procedimentos necessários e indispensáveis à execução das obras necessárias com a fiscalização da sua execução.				
	Indicador: Prazo de entrega.			Meta: Entre 15 e 20 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	x	Superado
Nota explicativa: Todos os relatórios foram elaborados dentro do intervalo de prazo					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSRF	Ob1: Contribuir para a optimização da receita emergente da recuperação de créditos.				
	Indicador: Valor das cobranças registadas na Receita do Estado (excetuando as respeitantes à dívida de Angola)/Execução Orçamental (M€).			Meta: Receita cobrada entre 5M€ a 8M€.	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Registada em receita do Estado a quantia de 24,7M€. Deste valor, cerca de 12,7 M€ correspondem a receitas de carater excecional. Acresce ao valor da receita indicado, a regularização de créditos sobre a República de Angola objeto do contrato de reescalonamento da dívida celebrado em 5-08-2004, no valor de 27,8 M€.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSRF	Ob2: Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector empresarial do Estado.				
	Indicador: Número médio de propostas de orientação para encerramento da liquidação de empresas públicas (número de propostas de orientação para encerramento de liquidação de empresas públicas/número de empresas públicas em liquidação em 1-01-2012).			Meta: Número médio de propostas de orientação entre 0,8 a 1,2.	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido		Superado

ANEXO I

Objetivos 2012

Nota explicativa: Registada uma média de propostas de orientação de 2,18 relativamente ao número de entidades em liquidação no início do ano, em resultado das quais foi possível concluir a liquidação de quatro 4 sociedades (PolisCastelo-Branco, Frente Tejo, Arco Ribeirinho Sul e NA ER, Novo Aeroporto de Lisboa).

Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):

DSRF	Ob3: Contribuir para a optimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da DGTF.				
	Indicador: N.º Processos de recuperação de créditos concluídos/extintos (a aferir através da data da informação de anulação ou da confirmação da extinção).			Meta: 60 a 100 processos concluídos/extintos.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado

Nota explicativa: Verificada a conclusão de 116 processos, dos quais 43 por pagamento, 43 por extinção da dívida determinada por decisão judicial ou por extinção do devedor, 9 por anulação da dívida, 18 por prescrição, 3 por consolidação de créditos.

Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):

DSRF	Ob4: Garantir o apoio técnico adequado no quadro do processo de recuperação de créditos sobre o Banco Privado Português, SA (em liquidação).				
	Indicador: Número de iniciativas realizadas.			Meta: Entre 18 a 28 iniciativas.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado

Nota explicativa: Assegurada a realização de 34 iniciativas.

Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):

DSRF – Divisão de Gestão de Créditos (DGC)					
DGC	Ob1: Contribuir para a otimização da receita emergente da recuperação de créditos.				
	Indicador: Valor das cobranças registadas na Receita do Estado de 2012 (excetuando as respeitantes à dívida de Angola).			Meta: Receita cobrada entre 5M€ a 8M€.	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Registada em receita do Estado a quantia de 24,7M€. Deste valor, cerca de 12,7 M€ correspondem a receitas de caráter excecional. Acresce ao valor da receita indicado, a regularização de créditos sobre a República de Angola objeto do contrato de reescalonamento da dívida celebrado em 5-08-2004, no valor de 27,8 M€.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DGC	Ob2: Garantir o apoio técnico adequado no quadro do processo de recuperação de créditos sobre o Banco Privado Português, SA (em liquidação).				
	Indicador: Número de iniciativas realizadas.			Meta: Entre 18 a 28 iniciativas.	
	Resultado:				
	Não Atingido	Não Atingido	Atingido		Superado
Nota explicativa: Assegurada a realização de 34 iniciativas					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DGC	Ob3: Assegurar a resposta em tempo útil a questões submetidas à Divisão.				
	Prazo médio de resposta (dias) a aferir em função da data de saída do documento da DGTF. (Somatório dos dias dispendidos na resposta ÷ n.º total de respostas efetuadas).			Prazo médio de resposta entre 20 a 30 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Verificado o prazo médio de resposta de 23 dias úteis					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2012

DGC	Ob4: Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela Divisão.				
	Indicador: Acumulação de pontos atribuídos pela avaliação da qualidade de 3 informações/pareceres produzidos (a selecionar aleatoriamente) de acordo com os seguintes critérios: Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Conhecimentos técnicos aplicados -1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores.			Meta: Pontuação obtida entre 6 a 10 pontos em cada informação/parecer.	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Obtida a pontuação de 11 valores na avaliação das seguintes informações: DGC/126/2012 - Proposta de acordo de regularização da dívida da sociedade Kendall Develops, SA à massa insolvente do BPP DGC/208/2012 - Dação de imóveis para regularização da dívida Cooperativa Nacional dos Trabalhadores, CRL DGC/127/2012 - DL n.º 77/89, de 3 de março - Proposta de regularização da dívida apresentada por Luís António Pombeiro Borrego					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSRF – Divisão de Recuperação de Créditos (DRC)

DRC	Ob1: Contribuir para a otimização da receita emergente da recuperação de créditos.				
	Indicador: Valor das cobranças registadas na Receita do Estado (exceto as respeitantes à dívida de Angola).			Meta: Receita cobrada entre 5M€ a 8M€.	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Registada em receita do Estado a quantia de 24,7M€. Deste valor, cerca de 12,7 M€ correspondem a receitas de caráter excecional. Acresce ao valor da receita indicado, a regularização de créditos sobre a República de Angola objeto do contrato de reescalonamento da dívida celebrado em 5-08-2004, no valor de 27,8 M€.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2012

DRC	Ob2: Contribuir para a otimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da DGTF.				
	Indicador: N.º Processos de recuperação de créditos concluídos/extintos (a aferir através da data da informação de anulação ou da confirmação da extinção).			Meta: 60 a 100 processos concluídos/extintos.	
	Resultado				
					Superado
Nota explicativa: Verificada a conclusão de 116 processos, dos quais 43 por pagamento, 43 por extinção da dívida determinada por decisão judicial ou por extinção do devedor, 9 por anulação da dívida, 18 por prescrição, 3 por consolidação de créditos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DRC	Ob3: Assegurar a resposta em tempo útil a questões submetidas à Divisão.				
	Prazo médio de resposta (dias) a aferir em função da data de saída do documento da DGTF. (Somatório dos dias dispendidos na resposta ÷ n.º total de respostas efetuadas).			Prazo médio de resposta entre 20 a 30 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Verificado o prazo médio de resposta de 24 dias úteis					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DRC	Ob4:Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela Divisão.				
	Indicador: Acumulação de pontos atribuídos pela avaliação da qualidade de 3 informações/pareceres produzidos (a selecionar aleatoriamente) de acordo com os seguintes critérios: Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Conhecimentos técnicos aplicados -1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores.			Meta: Pontuação obtida entre 6 a 10 pontos.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Obtida a pontuação de 11 valores na avaliação das seguintes informações: DRC/61/2012 - Anulação do crédito resultante da execução do aval do Estado/IAPMEI sobre a empresa – Ampima – Indústria de Malhas e Confeções, Lda.					

ANEXO I

DRC/180/2012 - Crédito do Ex- FFH - Plano prestacional para regularização da dívida de Firmino António Ferreira Silva e Ermelinda Maria Guerreiro Munhoz da Silva
DRC/232/2012 – Regularização do crédito da EX/EPAC SA sobre a Associação Nacional de Industriais de Arroz (ANIA)

Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):

DSRF – Divisão de Liquidações e Regularizações (DLR)

DLR	Ob1: Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector empresarial do Estado.				
	Indicador: Número médio de propostas de orientação para encerramento da liquidação de empresas públicas (número de propostas de orientação para encerramento de liquidação de empresas públicas ÷ número de empresas públicas em liquidação em 1-01-2012).			Meta: Número médio de propostas de orientação entre 0,8 a 1,2.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Registada uma média de propostas de orientação de 2,18 relativamente ao número de entidades em liquidação no início do ano, em resultado das quais foi possível concluir a liquidação de quatro 4 sociedades (PolisCastelo-Branco, Frente Tejo, Arco Ribeirinho Sul e NA ER, Novo Aeroporto de Lisboa).					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DLR	Ob2:Assegurar a resposta em tempo útil a questões submetidas à Divisão.				
	Prazo médio de resposta (dias) a aferir em função da data de saída do documento da DGTF. (Somatório dos dias dispendidos na resposta ÷ n.º total de respostas efetuadas).			Prazo médio de resposta entre 20 a 30 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Verificado o prazo médio de resposta de 16 dias úteis					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DLR	Ob3: Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela Divisão.				
	Indicador: Acumulação de pontos atribuídos pela avaliação da qualidade de 3 informações/pareceres produzidos (a selecionar aleatoriamente) de acordo com os seguintes critérios: Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Conhecimentos técnicos aplicados -1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores.			Meta: Pontuação obtida entre 6 a 10 pontos.	
	Resultado				

ANEXO I

Objetivos 2012

	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Obtida a pontuação de 10 valores na avaliação das seguintes informações: DLR/23/2012 – Processo Expropriação 10/05.1TBETZ - Regularização da dívida da C M Estremoz DLR/44/2012 - Prestação de contas finais da extinta ANOP – Agência Noticiosa Portuguesa, EP DLR/167/2012 – Estratégia a definir sobre a liquidação da EDAB, SA, com vista à definição da ordem de trabalhos e orientação de sentido de voto na Assembleia-Geral a realizar em 04.09.2012						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DLR	Ob4: Garantir a disponibilização tempestiva de informação sobre a execução orçamental.					
	Indicador: Prazo médio de disponibilização da informação a partir da data em que é solicitada (Soma dos dias úteis entre a data do pedido da informação e respetiva entrega/número de informações).			Meta: Prazo médio entre 2 a 5 dias úteis.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Informação disponibilizada no prazo médio de 3 dias úteis						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)						
GAC	Ob1: Prestar apoio jurídico a todas as unidades orgânicas da DGTF.					
	Indicador: Somatório dos dias despendidos na resposta a solicitações/n.º total de respostas solicitadas.			Meta: Resposta dada no prazo médio de 12 dias úteis.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Atendendo à complexidade e ao volume de trabalho não foi possível superar o objetivo						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): 3						

ANEXO I

Objetivos 2012

GAC	Ob2: Assegurar o acompanhamento jurídico do processo de liquidação do BPP, SA, em articulação com o Gabinete de Advogados que presta assessoria à DGTF nesta matéria.				
	Indicador: Número de iniciativas/propostas apresentadas.			Meta: Entre 20 a 30 iniciativas.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foram concretizadas 51 iniciativas					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): 3					
GAC	Ob3: Apresentar proposta de Plano de Atividades relativo a 2011.				
	Indicador: Apresentação de proposta de PA para 2011 no prazo de 10 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades orgânicas.			Meta: Apresentar proposta entre 8 e 10 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades orgânicas.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: O último contributo foi enviado através de e-mail de 16.12.2010 e a última versão foi apresentada no dia seguinte					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): 1					
GAC	Ob4: Coordenar as respostas da DGTF ao Tribunal de Contas e outros órgãos de soberania.				
	Indicador: Data de apresentação de um projeto de resposta.			Meta: Com 2 dias úteis de antecedência relativamente ao término do prazo.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A apresentação de projeto de resposta pelo GAC foi sempre efetuada com pelo menos 2 dias úteis de antecedência					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): 1					

ANEXO I

Objetivos 2012

GAC	Ob5: Assegurar resposta ao Ministério Público e/ou Secretaria-Geral do MFAP no âmbito dos processos judiciais em que o Estado/DGTF é parte.				
	Indicador: Data de apresentação de um projeto de resposta.		Meta: Com um dia útil de antecedência relativamente ao término do prazo.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foi sempre assegurada a apresentação de um projeto de resposta com antecedência de pelo menos um dia útil					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): 1					

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSGR	Ob1: Garantir a execução orçamental.				
	Indicador: Percentagem do orçamento executado. Valor do orçamento executado / Valor do orçamento corrigido x 100.			Meta: Entre 70 e 80 %.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Taxa de execução de 72,89%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSGR	Ob2: Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DGTF.				
	Indicador: Número de colaboradores abrangidos por ações de formação no período 2011-2013.			Meta: Maior ou igual a 80 e igual a 90.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Número de trabalhadores com formação no período em causa é de 129.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2012

DSGR	Ob3: Criar condições para a implementação de boas práticas nas áreas de recursos humanos e financeiros e inovação de processos.				
	Indicador: N.º de iniciativas propostas.		Meta: Entre 2 e 3 iniciativas.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa:2 iniciativas – novos formulários das horas extraordinárias, para pedidos de gozo de férias no ano seguinte e alteração dos mapas gerais de férias					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSGR	Ob4: Melhorar a disponibilidade dos sistemas de Informação da DGTF na Internet (SIRIEF, SIIE, www e webmail).				
	Indicador: Percentagem de dias com tempos de paragem dos sistemas mencionados superior a 5 minutos, excluindo paragens devidas aos fornecedores de serviços de telecomunicações e energia. N.º de dias com tempos de paragem dos sistemas mencionados superior a 5 minutos ÷ nº total de dias trabalhados x 100.			Meta: Menor ou igual a 10 e maior que 5%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Durante o período em questão não houve paragens com tempo superior a 5 minutos exceto as paragens devido a falhas prolongadas no fornecimento de energia elétrica, falhas essas da responsabilidade da EDP as quais se encontram excluídas do indicador de medida, tendo sido a última verificada no dia 13 de agosto.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSGR	Ob5: Promover o tratamento e a organização dos fundos documentais.					
	Indicador: Número de metros lineares tratados e organizados.			Meta: Igual ou maior a 200 e igual a 400.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Foram tratados 600 metros lineares de documentos.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

ANEXO I

Objetivos 2012

DSGR – Divisão de Sistemas de Informação (DSI)					
DSI	Ob1:Melhorar a disponibilidade dos sistemas de Informação da DGTF na Internet (SIRIEF, SIIE, www e webmail).				
	Indicador: Percentagem de dias com tempos de paragem dos sistemas mencionados superior a 5 minutos, excluindo paragens devidas aos fornecedores de serviços de telecomunicações e energia. N.º de dias com tempos de paragem dos sistemas mencionados superior a 5 minutos ÷ nº total de dias trabalhados x 100.			Meta: Menor ou igual a 10 e maior que 5%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Durante o período em questão não houve paragens com tempo superior a 5 minutos exceto as paragens devido a falhas probngadas no fornecimento de energia elétrica, falhas essas da responsabilidade da EDP as quais se encontram excluídas do indicador de medida, tendo sido a última verificada no dia 13 de agosto.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSI	Ob2:Melhorar a qualidade de apoio ao utilizador no âmbito da Microinformática.				
	Indicador: Grau de satisfação dos utentes relativo ao apoio ao utilizador no âmbito da Microinformática, baseado em inquérito. N.º total de pontos atribuídos ÷ nº total de pontos possíveis de atribuir x 100.			Meta: Maior ou igual a 50% e menor que 75%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Obtiveram-se 444 pontos num total possível de 560 o que constitui uma percentagem de 79,3%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSI	Ob3: Implementação de uma solução de virtualização de <i>hardware</i> na componente de servidores.				
	Indicador: Data da entrada em exploração da plataforma de virtualização de <i>hardware</i> da DGTF.			Meta: Entre 1 de outubro e 31 de dezembro de 2012	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A solução foi instalada no dia 14 de maio data da 1ª conversão de uma máquina física para virtual, tendo sido convertido um conjunto de cerca de 30 servidores entre esse dia e o dia 20 de junho.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2012

DSI	Ob4: Acompanhamento da implementação do novo SIRC – Sistema de Informação de Recuperação de Créditos.				
	Indicador: Data da entrada em exploração do SIRC.			Meta: Entre 1 de agosto e 31 de dezembro de 2012	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: O sistema SIRC entrou em exploração no dia 10 de setembro, tendo as credenciais de acesso sido remetidas a todos os utilizadores por email no dia 7 de setembro.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSGR – Divisão de Expediente e Arquivo (DEA)					
DEA	Ob1: Promover o tratamento e a organização dos fundos documentais.				
	Indicador: Número de metros lineares tratados e organizados.			Meta: Igual ou maior a 200 e igual a 400	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foram tratados 600 metros lineares de documentos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DEA	Ob2: Promover o tratamento e a organização da correspondência.				
	Indicador: N.º de documentos mensais tratados e organizados / N.º total de documentos mensais a tratar e organizar x100.			Meta: Entre 75 e 85%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Durante o ano em análise, foram classificados 32.596 documentos, sendo que de um universo de 68.045 páginas digitalizadas, foram classificadas 67.994 páginas.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2012

DEA	Ob3: Aplicar a Portaria de Gestão de Documentos na DGTF				
	Indicador: N.º de propostas de eliminação apresentadas / N.º de propostas de eliminação previstas concretizar x 100.			Meta: Maior ou igual a 70 % e menor ou igual a 80%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foram eliminados cerca de 200 metros lineares de documentação ao abrigo da legislação vigente na Portaria n.º 116/2011 e consubstanciado na elaboração de um Relatório de Avaliação.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSGR – Divisão de Recursos Humanos e Financeiros (DRHF)					
DRHF	Ob1: Garantir a execução orçamental				
	Indicador: Percentagem do orçamento executado. Valor do orçamento executado / Valor do orçamento corrigido x 100.			Meta: Entre 70 e 80%	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Taxa de execução de 72,89%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DRHF	Ob2: Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DGTF.				
	Indicador: N.º de colaboradores abrangidos por ações de formação no período 2011-2013			Meta: Maior ou igual a 80 e igual a 90.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Número de trabalhadores com formação no período em causa é de 129.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2012

DRHF	Ob3: Criar condições para a implementação de boas práticas nas áreas de recursos humanos e financeiros e inovação de processos.				
	Indicador: N.º de iniciativas propostas.		Meta: Entre 2 a 3 iniciativas.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: 2 iniciativas – novos formulários das horas extraordinárias, para pedidos de gozo de férias no ano seguinte e alteração dos mapas gerais de férias.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DRHF	Ob3: Incorporar a promoção da igualdade de género.					
	Indicador: N.º de iniciativas que promovam a igualdade de género.			Meta: Entre 2 a 3 iniciativas.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Promoção de iniciativas para implementação de uma linguagem promotora da Igualdade de Género na comunicação institucional da DGTF, para divulgação pelas empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE) no sentido da elaboração dos respetivos Planos de Igualdade de Género e de ações de formação.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
GASEPC	Ob1: Assegurar a integração no SIRIEF PPP das parcerias e concessões e respectivas concessionárias.				
	Indicador: Taxa de cobertura dos contratos de concessão no SIRIEF-PPP acompanhados pela DGTF (Número de contratos de concessão percentual de PPP/ número de contratos de parcerias e concessões do Estado em 31.12.2012 acompanhados pela DGTF * 100).			Meta: 90%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado

ANEXO I

Objetivos 2012

Nota explicativa: A taxa foi de 100%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
GASEPC	Ob2: Melhorar a qualidade de prestação de serviços.				
	Indicador: Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios sobre PPP e concessões e sobre o SEE (Somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios das áreas operacionais e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF / número total de relatórios).			Meta: 3 dias úteis de antecipação.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foi atingido um desvio de 3 dias.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
GASEPC	Ob3: Melhorar o nível de acompanhamento das parcerias e concessões do Estado.				
	Indicador: Nível de Realização nos Indicadores (Pontos no Indicador 1) + (Pontos no Indicador 2) /2 Indicador 1: Número de verificações / actualizações de fichas de acompanhamento das parcerias e concessões durante o ano. Indicador 1: Não Atinge: Pelo menos em um ou mais trimestres menos de 1 vez por trimestre por concessão. - 1 Ponto Atinge: Em todos os trimestres 1 vez por trimestre por concessão. - 3 Pontos Supera: Em todos os trimestres mais de 1 vez por trimestre por concessão. - 5 Pontos Indicador 2: Assegurar a publicação de relatórios trimestrais sobre os factos mais relevantes relacionados com parcerias e concessões do Estado e fluxos financeiros decorrentes, com análise de dados de suporte para implementação de medidas de melhoria e um relatório anual. Indicador 2: Nº de Relatórios publicados. Não Atinge: Menos de 5 Relatórios - 1 Ponto Atinge: 5 Relatórios - 3 Pontos Supera: Mais de 5 Relatórios - 5 Pontos			Meta: Entre 3 e 4,5 Pontos	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foi alcançado um resultado de 4 pontos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2012

GASEPC	Ob4: Melhorar o nível de acompanhamento das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE).				
	Indicador: Assegurar a publicação de relatórios trimestrais sobre a situação económica e financeira das empresas SEE, com indicadores de desempenho e análise de dados e um Relatório anual. Nº de Relatórios PPP/DGTF publicados.			Meta: 5 relatórios por ano.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa:					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
GASEPC	Ob5: Melhorar o nível de acompanhamento das PPP.				
	Indicador: Assegurar a publicação de relatórios trimestrais e relatório anual. Nº de Relatórios PPP/DGTF publicados.			Meta: 5 relatórios por ano.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa:					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSPE

No domínio da prossecução das actividades de gestão da carteira de participações financeiras do Estado, no âmbito do exercício da função accionista e tutelar que incumbe à DGTF, a DSPE promoveu: (i) a formulação das orientações gerais de gestão a integrar nos Planos de Actividade e Investimento das empresas, por forma a garantir o cumprimento das medidas definidas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e nas Leis do OE ao nível, designadamente, do plano de Redução de Custos Operacionais e dos limites ao acréscimo do endividamento; (ii) o acompanhamento trimestral dos níveis de execução da actividade e dos correspondentes reflexos ao nível das Demonstrações Financeiras das empresas; (iii) a análise dos Relatórios Anuais de Gestão e Contas das empresas do SEE, ajuizando sobre a sua situação económica e financeira, sobre o cumprimento quer dos deveres especiais de informação que lhes incumbem, quer das práticas de boa governação legalmente definidas, quer das orientações e objectivos de gestão previamente fixados, quer das medidas de contenção orçamental previstas no PEC e na Lei do OE; iv) a preparação e representação do Estado nas Assembleias Gerais das empresas; (v) a gestão do processo de nomeação de órgãos sociais das empresas, de fixação da correspondente remuneração nos moldes previstos no Estatuto do Gestor Público, de autorização de prerrogativas especiais previstas na lei, designadamente acumulação de funções e opção pela remuneração do lugar de origem; (vi) a apreciação de situações pontuais associadas à criação de novas empresas, a alterações estatutárias, à aprovação de investimentos, a aumentos e realizações de capital, à celebração de contratos programa, contratos de prestação de serviço público e contratos de gestão; (vii) a gestão e operacionalização do processo de efectivação de realizações de aumentos de capital nas empresas, de atribuição de indemnizações compensatórias e de arrecadação de dividendos e; (viii) o reporte institucional de informação e a resposta a inúmeras questões colocadas pelos grupos parlamentares.

A melhoria do acompanhamento das empresas públicas, por via, designadamente, da definição de orientações de gestão para essas empresas, na fase inicial e ao longo do ano de 2010, e do número de acções de monitorização do cumprimento dos Princípios de Bom Governo das empresas públicas, garantiu uma maior eficácia do processo, de que resultou a superação dos dois objectivos QUAR-DGTF correspondentes.

Foi, ainda, assegurado a melhoraria da qualidade da prestação de serviços, por via, designadamente, da entrega ao Governo da informação relativa à execução mensal do Capítulo 60 e ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE

Com vista a garantir maior eficiência no exercício das suas atribuições, a DSPE promoveu o desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira das empresas (SIRIEF), assegurando a sua permanente adequação ao reporte pelas empresas de informação segundo os referenciais contabilísticos em vigor e ao controlo do cumprimento pelas mesmas das medidas de contenção legalmente fixadas.

A DSPE centrou, ainda, a sua actividade no processo de divulgação de informação através do portal da DGTF, em cumprimento do princípio da transparência no domínio da boa governação. Neste âmbito, promoveu: (i) a elaboração e divulgação do Relatório anual sobre o Cumprimento dos Princípios de Bom Governo e os Relatórios Semestrais sobre Regime de Capitalização Pública para o Reforço da Estabilidade e da Disponibilização de Liquidez nos Mercados Financeiros; (ii) colaborou na elaboração do Relatório anual do SEE e nos Boletins trimestrais do SEE; (iii) ao apuramento e divulgação trimestral dos Prazos Médio de Pagamento a fornecedores de cada empresa e do SEE, do Esforço Financeiro do Estado e da Carteira de Participações do Estado e; (iv) à monitorização do processo de divulgação no portal da DGTF de informação relevante sobre cada empresa detida ou participada pelo Estado.

Foi conseguida uma melhoria da qualidade da prestação de serviços, por via, designadamente, do cumprimento dos prazos de divulgação de relatórios de informação periódica, garantindo a superação do objectivo QUAR-DGTF correspondente.

DSGP

No âmbito da gestão patrimonial, a DSGP assegurou, de forma relevante, os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação do Património Disponível, tendo atingido um valor de vendas de € 355.390.193,53 relativo a património do Estado e dos Institutos Públicos, acrescido de cerca de 42,5 milhões de euros relativos a imóveis cujos processos de alienação foram autorizados mas não contratualizados. A estes valores acresce o montante de cerca de 20,7 milhões de euros relativo a alienação de património

Foi assegurada a administração de contratos celebrados, quer em 2010, quer em anos anteriores, respeitantes a venda, permuta, cedência de utilização, constituição de direitos de superfície, entre outros.

Nesta esteira, a DSGP assegurou, ainda, os procedimentos necessários à celebração e cessação dos contratos de arrendamento para instalação de serviços públicos e à instrução dos procedimentos de aquisição gratuita e onerosa de imóveis, bem como à regularização jurídico-registral dos imóveis, tendo sido dada uma resposta eficaz às muitas solicitações efectuadas nesta matéria.

Realce-se também a instrução dos processos relativos à aceitação de heranças, legados, doações e bens imóveis declarados perdidos a favor do Estado, apoiando o Ministério Público no âmbito dos processos judiciais relacionados com a liquidação dos bens integrados em heranças declaradas vagas para o Estado, bem como a adopção de todos os actos necessários à gestão e alienação de bens móveis, declarados perdidos ou abandonados a favor do Estado, provenientes de heranças declaradas vagas para o Estado, de dações em pagamento ou da extinção de serviços.

DSATP

Ainda na área do património imobiliário público, a DSATP prosseguiu a implementação do PGPI, nos diversos eixos de actuação, com destaque para o eixo da inventariação, actualmente com 15.486 imóveis registados na aplicação SIIE. Destaca-se também o lançamento do projecto de Georeferenciação de imóveis do Estado, cuja execução se cifrou em cerca de 6.000 imóveis georeferenciados, bem como a compilação e o tratamento de toda a informação relacionada com a execução, em 2010, dos planos sectoriais, disponibilizados pelas várias Unidades de Gestão Patrimonial dos diversos Ministérios, de regularização, ocupação, avaliação e conservação.

Foi, ainda, assegurada a realização de estudos técnicos com vista à rentabilização do património imobiliário do Estado no que diz respeito, nomeadamente:

- À ocupação do espaço em edifícios públicos – Definição de rácios de ocupação
- À extensão da aplicação do princípio da onerosidade do uso às Secretarias-Gerais e gabinetes ministeriais
- À avaliação e respectiva homologação de valores de imóveis, num total de aproximadamente €425M, de forma a dar cumprimento ao plano de rentabilização do património imobiliário, definido na Lei do orçamento de Estado para 2010.

Nesta esteira, e pela relevância estratégica de que o PGPI se reveste para a gestão do património imobiliário público, salientam-se ainda os trabalhos relativos à sua monitorização através quer do Conselho de Coordenação e Gestão Patrimonial (CCGP), cuja dinamização a DGTF assegura, quer da produção de um conjunto significativo de relatórios de aferição e controlo das actividades realizadas.

No que concerne à participação em Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho Especializados foi assegurada a representação do MFAP e da DGTF na Comissão Consultiva do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), na Comissão do Domínio Público Marítimo, nas Comissões Técnicas de Acompanhamento dos planos de pomenor e de urbanização das zonas de intervenção legalmente definidas pelo Programa Polis, nas Comissões Mistas de Coordenação de PDM's, na Comissão de acompanhamento dos Fundos de Investimento Imobiliário para o arrendamento Habitacional e a participação no Grupo de Trabalho criado para elaboração de proposta de modelo de rentabilização de imóveis classificados do Estado.

DSAF

Por seu turno, a DSAF pautou a sua actividade pela análise e preparação da concessão de 7 garantias do Estado relativas a entidades nacionais, delas se destacando a operação da Parque Escolar, no montante de 850 MEUR, representando mais de 55% das responsabilidades assumidas, no ano de 2010, no financiamento de operações de investimento destas entidades, e a garantia ope legis concedida através da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, a favor do BPN, nas operações de crédito e assistência de liquidez financiadas pela CGD, no montante de 1.000 MEUR.

Ao nível internacional e no apoio à exportação de bens e serviços de origem portuguesa, assumem particular importância as 3 operações de crédito de ajuda, com financiamento de longo prazo, celebradas com Cabo Verde, Marrocos e Moçambique, no montante de 200 MEUR cada, beneficiando da garantia do Estado e da bonificação de juros, pelo período do respectivo financiamento, a par da garantia sobre o seguro de crédito à exportação de outras 21 operações comerciais, de médio e longo prazo, no montante de 224 MEUR. Acrescem a estas, a concessão da garantia do Estado a 795 operações, de curto prazo, no montante de cerca de 200 MEUR, também elas objecto de apreciação e proposta de concessão da garantia do Estado. Por último, no âmbito do apoio aos Estados Membros da Zona Euro (EMZE), foram apreciadas as minutas dos documentos de criação do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF), tendo o Estado assumido uma responsabilidade sobre o endividamento deste fundo para apoio daqueles Estados, até cerca de 11.000 MEUR.

Na vertente de concessão de empréstimos, e igualmente no âmbito do apoio aos EMZE, designadamente da Grécia, foi também objecto de apreciação o Loan Facility Agreement e o Intercredit Agreement, que confere à Comissão da U.E. a coordenação e gestão da pool de empréstimos bilaterais dos EMZE participantes que, no caso de Portugal, poderá, no limite, ascender a cerca de 2.065 MEUR, tendo no ano de 2010 sido já concedidos cerca de 548 MEUR àquele país.

A nível interno destacam-se os empréstimos concedidos a sete entidades públicas nacionais, no montante de cerca de 74 MEUR, à Região Autónoma da Madeira (RAM), no montante de 62,5 MEUR, e à República de Cabo Verde, para financiamento de projectos de infra-estruturas rodoviárias, tendo sido quase 24 MEUR.

Para além da concessão de garantias e empréstimos do Estado, com excepção das operações de cobertura de seguros de crédito, a DSAF assume a gestão das respectivas responsabilidades e créditos, as quais atingiam a 31 de Dezembro de 2010, cerca de 24.139 MEUR e 1.277 MEUR respectivamente.

No âmbito do apoio do Estado, sob a forma de bonificação de taxas de juro de operações de crédito contraídas junto das IC, a DSAF procedeu assegurou a gestão de 35 Linhas de Crédito, que envolveram, no ano de 2010, o montante de cerca de 125 MEUR, do qual se destaca o crédito à Habitação Própria Permanente (HPP), cuja gestão é efectuada pelo Sistema de Crédito à Habitação e que envolveu uma despesa de cerca de 65% daquele montante.

Estando as restantes LC fora daquele sistema, foram desenvolvidos esforços no sentido de apoiar a criação de um Sistema Informático de Gestão de Bonificações (SIGE), que permitisse o maior controlo da despesa com a bonificação do Estado, agilizando também o respectivo processo de cálculo, para conferência dos montantes reclamados pelas instituições de crédito. Assim, no final de 2010, entrou em funcionamento o SIGB, muito embora uma parte ainda significativa das operações do IHRU só venha a ser nele inserida, em 2011, face a dificuldades daquela instituição na adaptação ao Sistema.

Para além da concessão e gestão das bonificações, assume particular importância a actividade dos serviços no apoio sistemático às IC e aos beneficiários/famílias dos apoios do Estado.

Acresce referir ainda os subsídios concedidos no quadro do PORTA 65, para o arrendamento jovem, da Mobilidade aos Residentes na RAM e no apoio à instalação de painéis solares, no âmbito do incentivo às energias renováveis. Estes apoios ascenderam, em 2010, a 93 MEUR.

Por último, refere-se a participação da DSAF nas reuniões internacionais do Conselho da U.E. e da OCDE, nas quais se define as regras do apoio à exportação para países fora do mercado da OCDE, elaborando relatórios sobre as mesmas que são distribuídos aos membros do Conselho de garantias à Exportação e Investimento.

DSGFO

No âmbito da DSGFO, é de destacar a introdução de novas funcionalidades no Sistema de Informação de Gestão do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Sistema Nacional de Saúde, designadamente a nível da produção de relatórios contendo os dados financeiros, tais como balanço, demonstração de resultados e fluxos de caixa.

Por outro lado, a sua actividade incidiu ainda na prossecução de acções no âmbito do programa Iniciativa ao Investimento e ao Emprego, designadamente quanto à medida Melhoria da Eficiência Energética, da gestão financeira de 5 patrimónios autónomos e acompanhamento da respectiva actividade operacional e do controlo e emissão e circulação de moeda metálica.

No âmbito da coordenação orçamental, e para além dos trabalhos de elaboração da proposta da DGTF para o OE/2011, salienta-se que foi efectuado o acompanhamento da execução das receitas administradas pela DGTF, incluindo a contabilização das receitas provenientes da alie nação e gestão do património imobiliário do Estado e das comissões de gestão dos patrimónios autónomos, bem como do processamento das despesas excepcionais. Ainda neste âmbito, destaca-se a coordenação da prestação de informação periódica a outras entidades, designadamente à Direcção-Geral do Orçamento, ao Tribunal de Contas e aos auditores internos e externos das entidades dientes desta Direcção-Geral.

A actuação da DGTF permitiu também dar continuidade à cooperação com os países lusófonos no âmbito do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) em S. Tomé e Príncipe e Angola, com destaque para a realização de uma acção de formação dirigida a 12 quadros superiores de Angola.

DSRF

Relativamente à actividade prosseguida pela DSRF, é de realçar o contributo na criação das condições indispensáveis ao encerramento dos processos de liquidação de sociedades participadas pelo Estado, conduzindo a que, no final de 2010, se encontrassem concluídos 50% dos processos de liquidação de sociedades, criadas no quadro do programa Polis, entretanto dissolvidas.

Além disso, o desempenho da DSRF contribuiu também para a regularização de responsabilidades financeiras na ordem dos 28,5 milhões de euros, das quais cerca de 8 milhões correspondem à regularização de passivos no quadro do encerramento de processos de liquidação.

A actividade da DSRF centrou-se ainda na recuperação de créditos, sendo que, no ano de 2010, a receita do Estado resultante da cobrança de créditos atingiu o valor de cerca de 45,2 milhões de euros, reflectindo um acréscimo de 22 % face ao valor registado no ano transacto, contribuindo para este crescimento a regularização parcial da dívida da Silopor, SA (em liquidação) perante o Estado.

Relativamente à actividade prosseguida pela DSRF tendente à recuperação de créditos, realça-se, ainda, o acompanhamento prestado ao processo do BPP, quer no quadro do processo de liquidação judicial desta instituição determinada, por força da revogação da autorização para o exercício da actividade bancária por parte do Banco de Portugal, em 15 de Abril de 2010, quer no âmbito da execução das contragarantias prestadas pelo BPP, designadamente nos termos do contrato de penhor celebrado em 5 de Dezembro de 2008.

GAC

Atento o carácter transversal da actividade desta unidade orgânica, a respectiva actividade esteve fortemente condicionada pela actuação e matérias tratadas pelas restantes unidades orgânicas.

Nesta medida, destaca-se a análise e preparação de projectos de diplomas legais que se prendem com as atribuições da DGTF, salientando, neste âmbito a preparação e apreciação de instrumentos legais relativos à constituição e liquidação de empresas.

Por outro lado, foram emitidos cerca de 400 pareceres jurídicos sobre as diversas matérias alvo da actuação da DGTF, parte dos quais sustentaram o cumprimento dos objectivos propostos. De registar, igualmente o acompanhamento dos processos judiciais em que a DGTF é parte, não só através da intervenção directa, como através da preparação dos elementos a remeter ao Ministério Público, bem como os trabalhos desenvolvidos em parceria com os serviços informáticos tendo em vista a implementação da base de dados dos processos judiciais.

De salientar da atividade do Gabinete durante o ano de 2012: i) o acompanhamento efectuado no âmbito do processo de liquidação judicial do Banco Privado Português, SA, bem como a adopção dos procedimentos conducentes à recuperação do crédito do Estado; ii) os pareceres emitidos para esclarecimento dos pedidos formulados por empresas que integram o SEE, relativamente às normas do OE/2012 (v.g. reduções e valorizações remuneratórias); iii) Acompanhamento do processo de alienação do Pavilhão Atlântico, no âmbito das ações conducentes à entrada em liquidação da Parque Expo, SA; iv) análise de pedidos e preparação de despacho no âmbito do Estatuto do gestor Público, designadamente de acumulação de funções e de opção pela remuneração de origem; v) Emissão de parecer sobre questões relacionadas com a privatização do BPN, SA; vi) Preparação de procedimentos para a aquisição de serviços de assessoria económico-financeira e jurídica, designadamente para avaliação de participações detidas pelo estado, através da DGTF.

Em cumprimento do previsto, apresentou-se a competente proposta de Relatório de Atividades relativo a 2011, bem como o Plano de Atividades para 2013.

DSGR

A intervenção da DSGR foi crucial para a melhoria do processo de comunicação interna da DSGR, tendo sido implementado sem custos e disponibilizado, como ferramenta de comunicação interna, o portal de Intranet da DGTF.

Foi implementada uma solução de VPN (Virtual Private Network) que permite a utilizadores autorizados o acesso remoto a sistemas internos da DGTF.

No que concerne à formação profissional, continuou a privilegiar-se a formação interna, para além da inserida em projectos em curso, nas seguintes vertentes:

- Inglês;
- Sistema de Normalização Contabilística;
- Office 2007 – Excel;
- Análise Económico Financeira de Empresas.

Na vertente externa abrangeram-se vertentes específicas em que não se verificou, face às necessidades, um número elevado de participantes, salientando-se, a título exemplificativo, as áreas jurídica, financeira, de informática e de avaliações.

Na área de recursos humanos, essencial para o bom desempenho da DGTF, é de realçar que a DSGR proporcionou a realização de 57 acções de formação profissionais adequadas ao universo de trabalhadores, mas também às atribuições prosseguidas pela DGTF, num total de 3886 horas.

Na área dos recursos financeiros a DGTF aderiu ao GERFIP à semelhança dos restantes organismos do MFAP, salientando-se a profunda mudança operada nesta área e à qual a DGTF conseguiu dar resposta.

Na área do Arquivo foi elaborada a Portaria de Gestão Documental recentemente publicada em Diário da República, instrumento fundamental que permitirá o tratamento da documentação em arquivo de acordo com as melhores praticas actuais, abrangendo para além do suporte papel, o suporte electrónico, o que constitui uma inovação neste âmbito.

A actuação da DGTF permitiu também dar continuidade à cooperação com os países lusófonos no âmbito do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) em Cabo Verde e Moçambique.

ANEXO II

Atividades Desenvolvidas em 2012

No âmbito do PICATFIN Moçambique foram realizadas duas visitas de estudo a Lisboa com 5 técnicos daquele país nas áreas das aquisições públicas e da gestão do património público.

No que concerne ao PICATFIN de Cabo Verde foi realizada em Lisboa uma acção de formação on Job no âmbito das garantias e empréstimos com 3 técnicos daquele país.

GASEPC

Da actividade do GASEPC, destaca-se a consolidação da acção de preparação e divulgação de boletins trimestrais de acompanhamento do SEE e das PPP, com a divulgação dentro dos prazos definidos no Calendário de Publicações da DGTF, dos boletins trimestrais do SEE e os das PPP, e respectivos relatórios anuais.

Tal como já vem constituindo prática, o GASEPC proporciona a interacção da DGTF com diversas entidades interessadas na sua actividade, como é o caso do início de colaboração com o Centro de Estudos Aplicados da Faculdade de Economia da Universidade Católica Portuguesa, mediante a celebração de um protocolo no âmbito da criação do Observatório das Parcerias Público Privadas e com a Comissão de Normalização Contabilística a propósito dos trabalhos de desenvolvimento do novo Sistema de Normalização Contabilística.

No âmbito da preparação e lançamento de novas PPP, é de realçar a cooperação do GASEPC para a representação da DGTF nas comissões criadas para o efeito, designadamente no âmbito dos projectos da rede de alta velocidade e de novos hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

O SIRIEF na vertente das PPP arrancou em 2010, com o contributo e acompanhamento do GASEPC.

Na verdade, todos os contributos e resultados acima explicitados são destacados pelo facto de serem os mais expressivos de entre os inúmeros que foram prestados e alcançados em 2010 pela DGTF, revelando, desta forma, a sua vontade de alcançar a modernização e a obtenção de patamares mais elevados de eficiência, eficácia e qualidade, essencialmente, mediante a disponibilização de instrumentos de gestão adequados.



Balanço Social 2012

ÍNDICE

Nota Introdutória.....	2
1. Recursos Humanos	4
1.1 Caracterização dos efetivos.....	4
1.2 Estrutura Etária.....	8
1.3 Estrutura de Antiguidades.....	9
1.4 Trabalhadores portadores de deficiência.....	11
1.5 Estrutura habilitacional	11
1.6 Mobilidade.....	15
1.7 Saídas.....	16
1.8 Admissões e regressos/saídas	17
1.9 Mudança de situação dos efetivos/ as segundo género/grupo profissional	18
1.10 Modalidades de horário	19
1.11 Trabalho extraordinário diurno, noturno e em dias de descanso complementar e feriados	20
1.12 Ausências.....	21
1.13 Dias não trabalhados por greves	23
1.14 Higiene e segurança no trabalho.....	23
1.15 Relações profissionais	24
2. Encargos com Pessoal	25
2.1 Total dos Encargos com Pessoal.....	25
3. Encargos com Prestações Sociais	26
4. Formação Profissional.....	27
5. Disciplina.....	30

Nota Introdutória

O Balanço Social é um instrumento essencial de informação social e financeira dos recursos humanos dotando de informação os diferentes públicos envolvidos nas suas áreas de negócio: clientes internos, fornecedores, comunidade, meio ambiente, governo e sociedade.

Através deste documento de natureza estatística elaborado nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, diploma que regulamenta a sua elaboração em toda a Administração Pública, é possível à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) evidenciar através dos seus indicadores de gestão de recursos humanos os pontos fortes, fracos, os riscos, sua evolução, bem como a sua tendência de eficiência e eficácia.

Os dados produzidos neste documento permitem à DGTF efetuar uma avaliação baseada nos seus indicadores, estabelecidos de acordo com as metodologias padronizadas, possibilitando a definição de estratégias em especial na área de recursos humanos, de forma a contribuir para uma melhor gestão dos seus efetivos, no que respeita à estabilidade, tecnicidade, motivação, tendo em vista garantir o melhor clima organizacional e reduzir o absentismo.

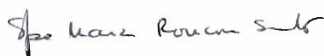
Assim, da informação do presente documento, é possível inferir, relativamente ao ano de 2012:

- Tendência de redução do número de efetivos, contando o ano de 2012 com 155 pessoas, o que traduz um decréscimo de 3 pessoas relativamente a 2011, ou seja de 1,9%;
- Manifesto envelhecimento de efetivos, atingindo o nível etário 51,61 anos, com um acréscimo relativamente a 2011 de 0,5, face à saída temporária de 4 trabalhadores/as do escalão etário 35-44, mantendo-se, no entanto, a faixa etária mais representativa nos 55-59 anos, com 23,23% dos efetivos;
- Elevado nível médio de antiguidade (25,75), embora se registe um acréscimo de 0,26 relativamente a 2011, face ao número de saídas definitivas ocorridas em 2012, e das saídas temporárias acima citadas, mantendo-se a maior expressão de efetivos nas faixas dos 30-34 e 25-29 anos de serviço, possuindo cerca de 50% dos efetivos uma antiguidade igual ou superior a 28 anos;

- A licenciatura é o grau de habilitações predominante, correspondendo a 51,61% dos efetivos totais e 87,74% têm um nível de habilitações igual ou superior ao 11º ano, traduzindo-se assim, num acréscimo de nível habilitacional dos seus efetivos de 0,03% face ao ano 2011;
- Acréscimo da taxa de absentismo na ordem de 2,09% relativamente a 2011, passando a situar-se nos 8,62%;
- O número total de horas de formação é de 2.734, com um custo de 18.465,63 €, representando face ao efetivo médio, um grau de participação de 0,59/efetivo e um custo de 118 €.

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, 27 de março de 2013

A Diretora Geral,



Elsa Roncon Santos

1. Recursos Humanos

1.1 Caracterização dos efetivos

A distribuição do pessoal efetivo por grupo profissional segundo a modalidade de vinculação/género é a representada no quadro 1.1 e no gráfico seguinte:

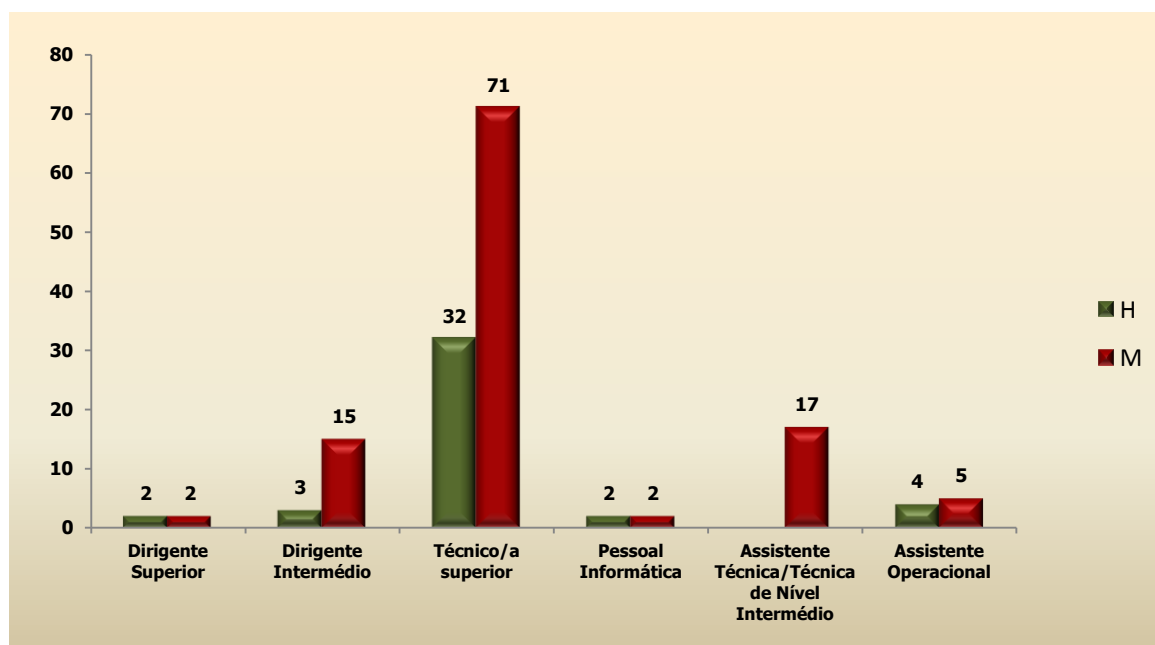
QUADRO 1.1

Distribuição dos efetivos/as por Grupo Profissional segundo a Modalidade de Vinculação/Género

		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico/a Superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnica/Técnica de Nível Intermédio	Assistente Operacional	Total
Total de efetivos	H	2	3	32	2	0	4	43
	M	2	15	71	2	17	5	112
	T	4	18	103	4	17	9	155
CT Funções Públicas por tempo indeterminado	H	0	0	32	2	0	4	38
	M	0	0	70	2	16	5	93
	T	0	0	102	4	16	9	131
CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado	H	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	1	0	1	0	2
	T	0	0	1	0	1	0	2
Comissão de Serviço	H	2	3	0	0	0	0	5
	M	2	15	0	0	0	0	17
	T	4	18	0	0	0	0	22

Em 31 de dezembro de 2012, desempenhavam funções na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), 155 efetivos, dos quais 131 em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 2 em cedência de interesse público, aplicando-se-lhes o regime do Código de Trabalho por tempo indeterminado, e 22 em comissão de serviço.

Gráfico 1 – Total de efetivos/as por Grupo Profissional/Género



Os gráficos 2 e 3 indicam a distribuição de pessoal efetivo por modalidade de vinculação e sua distribuição por género, respetivamente:

Gráfico 2 - Distribuição de pessoal efetivo por relação jurídica de emprego

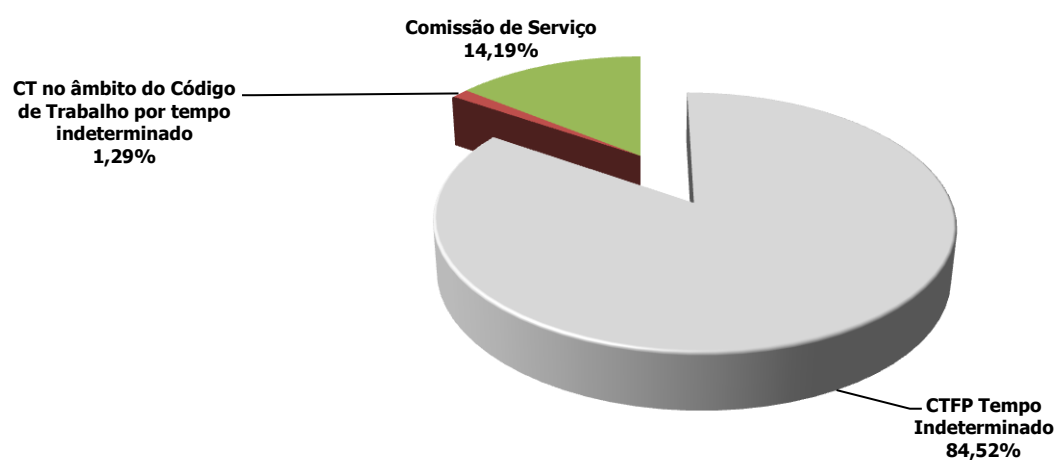


Gráfico 3 - Percentagem de efetivos por Género

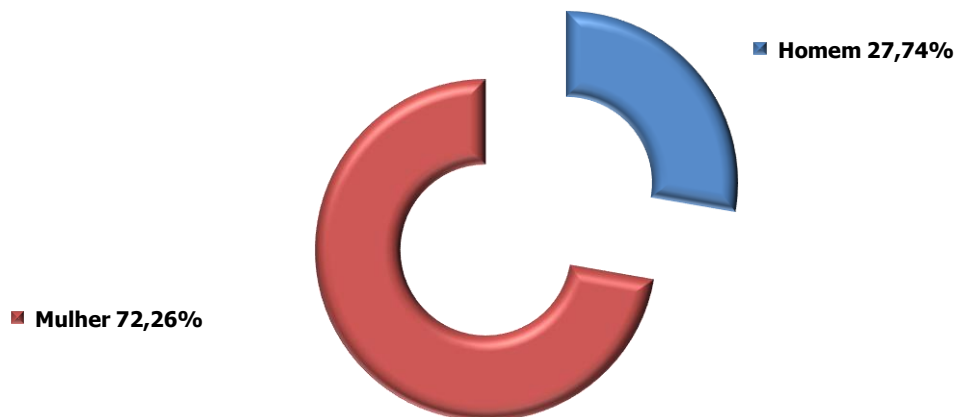
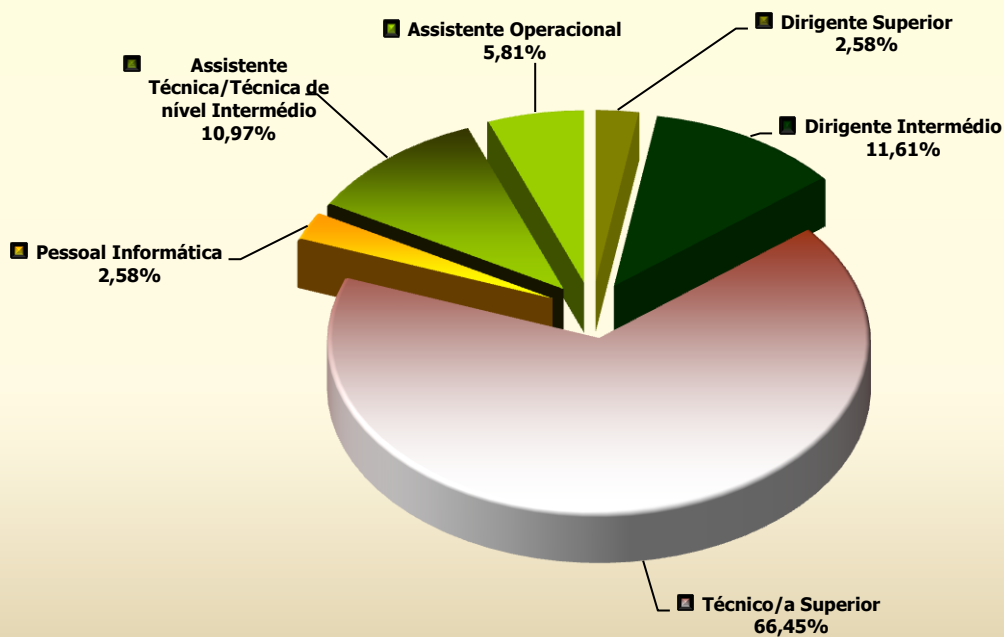


Gráfico 4 - Percentagem dos efetivos por grupo profissional



Face à distribuição de pessoal efetivo por grupos profissionais evidenciada no gráfico 4, verifica-se uma maior concentração de efetivos/as no grupo de pessoal técnico superior representado por 66,45% do efetivo total. A carreira técnica superior regista um acréscimo de 3,79% face a 2011, em resultado dos regressos por cessações de funções em outros organismos da Administração Pública e dos admitidos em mobilidade interna.

Comparativamente ao ano 2011, excetuando o pessoal Dirigente Superior, Técnico Superior e Pessoal Informática que registam um acréscimo respetivamente de 0,05%¹, 3,79% e 0,05%², o pessoal Dirigente Intermédio, Assistente Técnico/Técnico de Nível Intermédio e Assistente Operacional, regista um decréscimo de efetivos de 0,42%, 2,32% e de 1,15%, respetivamente, que decorre de saídas ocorridas por aposentação.



A evolução do pessoal efetivo entre 2000 e 2012 reporta uma diminuição de 135 pessoas, com um ligeiro acréscimo no ano de 2008, refletindo no ano em análise, uma diminuição de 1,9%, por motivo de saídas por aposentação.

O peso relativo do pessoal dirigente no conjunto dos trabalhadores é o seguinte:

Indicador de gestão	2012
Taxa de enquadramento (pessoal dirigente / efetivo em 31 de Dez. x 100)	14,19%

¹ Embora o n.º de efetivos desta carreira seja igual a 2011, verifica-se um aumento da percentagem face à diminuição de efetivos.

² idem

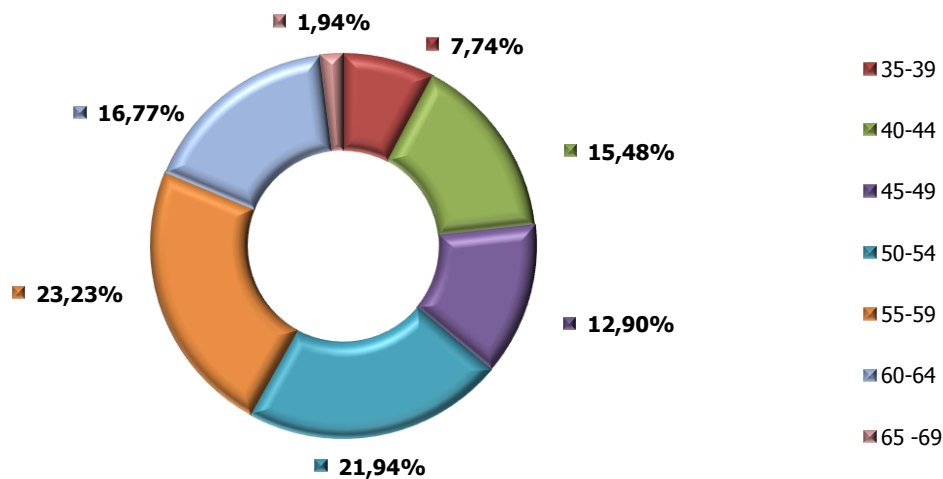
1.2 Estrutura Etária

Quadro 1.2

Distribuição dos Efetivos/as em função da Idade/Género

	Homens	Mulheres	Total
35-39	5	7	12
40-44	9	15	24
45-49	6	14	20
50-54	7	27	34
55-59	10	26	36
60-64	5	21	26
65 -69	1	2	3
TOTAL	43	112	155
Nível médio etário = 51,61			

Gráfico 6 - Distribuição dos efetivos por escalões etários



Idade Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
51,61	52	60	36	66	7,65

À distribuição etária espelhada no quadro 1.2 corresponde a uma idade média de 51,61, tendo cerca de 50% do pessoal efetivo idade igual ou superior a 52 anos, evidenciada pela mediana. Verifica-se que 18,71% dos efetivos/as têm idade igual ou superior a 60 anos e que 7,74% encontram-se no escalão etário 35-39, o escalão mais baixo desta Direção-Geral.

O leque etário registado é de 30 anos, variando entre 36 (mínimo) e 66 (máximo) anos de idade.

Em 2012, o escalão etário com maior índice de efetivos/as continua a manter-se nos 55-59 anos, correspondente a 23,23% do total, situando-se a moda (60) no escalão 60-64 anos.

Verifica-se assim, em termos comparativos a 2011, uma diminuição efetiva na citada faixa dos 55-59, devido ao número de trabalhadores/as que saíram da DGTF por aposentação, a que acresce a inexistência de admissões, impossibilitando a inversão da tendência nos escalões com menor idade.

Através do quadro 1.2.1 evidencia-se a evolução da média etária entre 2010 e 2012.

Quadro 1.2.1

Evolução da média etária		
2010	2011	2012
50,99	51,11	51,61

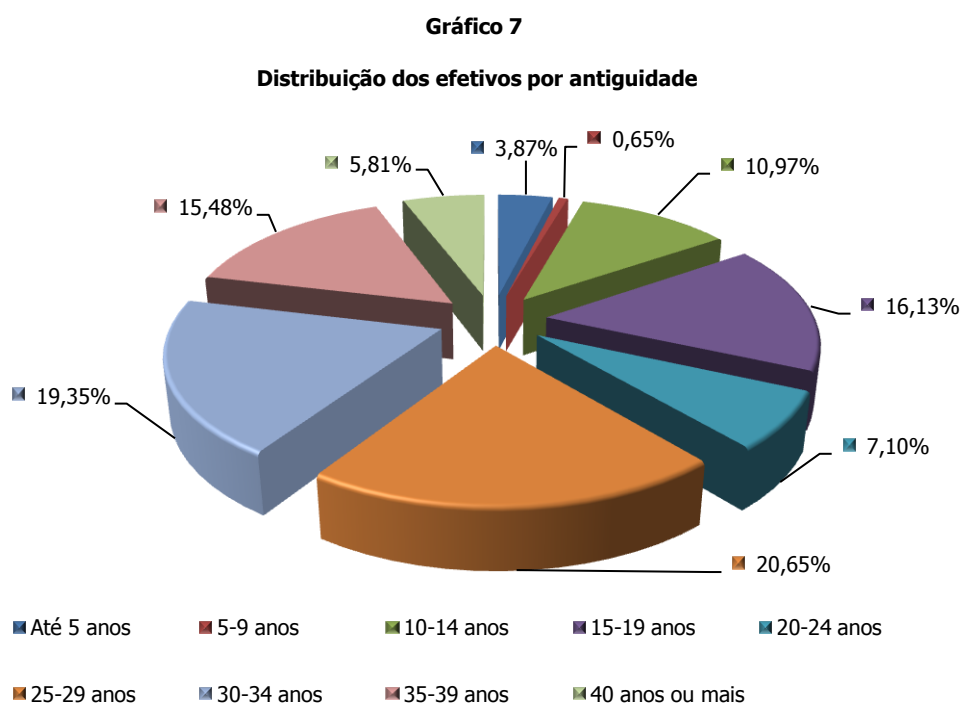
Em 2012, verifica-se que o nível etário, em termos comparativos a 2010 sofreu um acréscimo de 0,62 e relativamente a 2011, um acréscimo de 0,5 relacionado com 4 saídas verificadas nos escalões 35-44.

1.3 Estrutura de Antiguidades

Quadro 1.3
Distribuição dos efetivos/as em função da Antiguidade/Género

	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos	2	4	6
5-9 anos	1	0	1
10-14 anos	5	12	17
15-19 anos	10	15	25
20-24 anos	2	9	11
25-29 anos	9	23	32
30-34 anos	2	28	30
35-39 anos	10	14	24
40 anos ou mais	2	7	9
Total	43	112	155
Nível Médio de Antiguidade = 25,75			

Em 2012, o nível médio de antiguidade (número de anos de exercício de funções em organismo público) é de 25,75. Em termos de evolução do nível médio de antiguidade, regista-se entre 2011 e 2012, um acréscimo de 0,26, face a 5 saídas temporárias, uma no escalão 5-9, três no escalão 10-19 e uma no escalão 20-29.



Antiguidade Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
25,75	28	27	1	47	10,17

A esta distribuição corresponde uma antiguidade média de 25,75 anos, tendo 50% do pessoal efetivo antiguidade igual ou superior a 28 anos (indicada pela mediana). Verifica-se que as classes que apresentam maior número de efetivos/as são as de 25-29 e 30-34, respetivamente com 32 (20,65%) e 30 (19,35%) efetivos. É na faixa etária de 25-29 que se situa a moda (28).

Através do **gráfico 7** constata-se que 40,65% das pessoas registam uma antiguidade igual ou superior a 30 anos e que apenas 4,52% inferior a 10 anos.

Quadro 1.3.1

Evolução do nível médio de antiguidade		
2010	2011	2012
25,61	25,49	25,75

A diferença do nível médio de antiguidade existente entre 2010 e 2012 é de 0,14, existindo um decréscimo de 0,12 em 2011 relativamente a 2010, e um acréscimo de 0,26, em 2012 face a 2011, devido às saídas temporárias ocorridas nos escalões de antiguidade acima citados.

1.4 Trabalhadores portadores de deficiência

Do cômputo de 155 efetivos/as, 3 são trabalhadoras com grau de deficiência, representando 1,94% do peso total de efetivos.

Quadro 1.4

Trabalhadores Deficientes

Trabalhadoras Deficientes	
Mulheres	3

1.5 Estrutura habilitacional

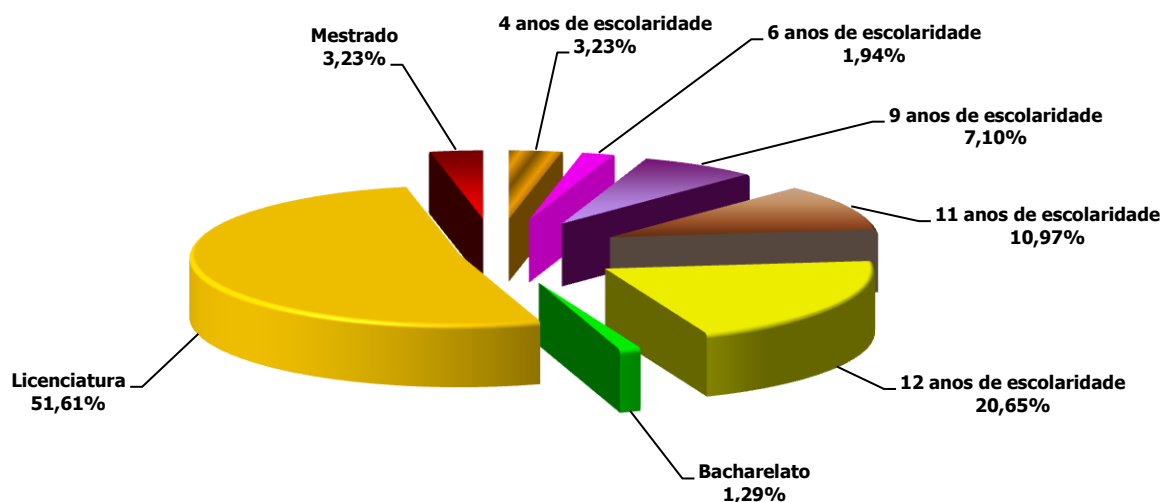
Quadro 1.5

Distribuição dos Efetivos/as por Nível Habilitacional

	Homens	Mulheres	Total
4 anos de escolaridade	0	5	5
6 anos de escolaridade	0	3	3
9 anos de escolaridade	5	6	11
11 anos de escolaridade	3	14	17
12 anos de escolaridade	8	24	32
Bacharelato	0	2	2
Licenciatura	25	55	80
Mestrado	2	3	5
Total	43	112	155

Gráfico 8

Distribuição Percentual do Pessoal Efetivo por Nível Habilitacional



O grupo habilitacional com maior representatividade (51,61%) é o de efetivos/as com licenciatura.

Da análise ao gráfico 8 conclui-se que 87,74% do pessoal tem habilitação igual ou superior ao 11º ano. A licenciatura é o grau académico cuja percentagem (51,61%) se destaca em relação aos restantes, seguido pelos níveis habilitacionais de 12 e 11 anos de escolaridade representados, respetivamente, por 20,65% e 10,97%.

Gráfico 9

Áreas de Licenciatura detidas pelos Dirigentes e Técnicos/as Superiores

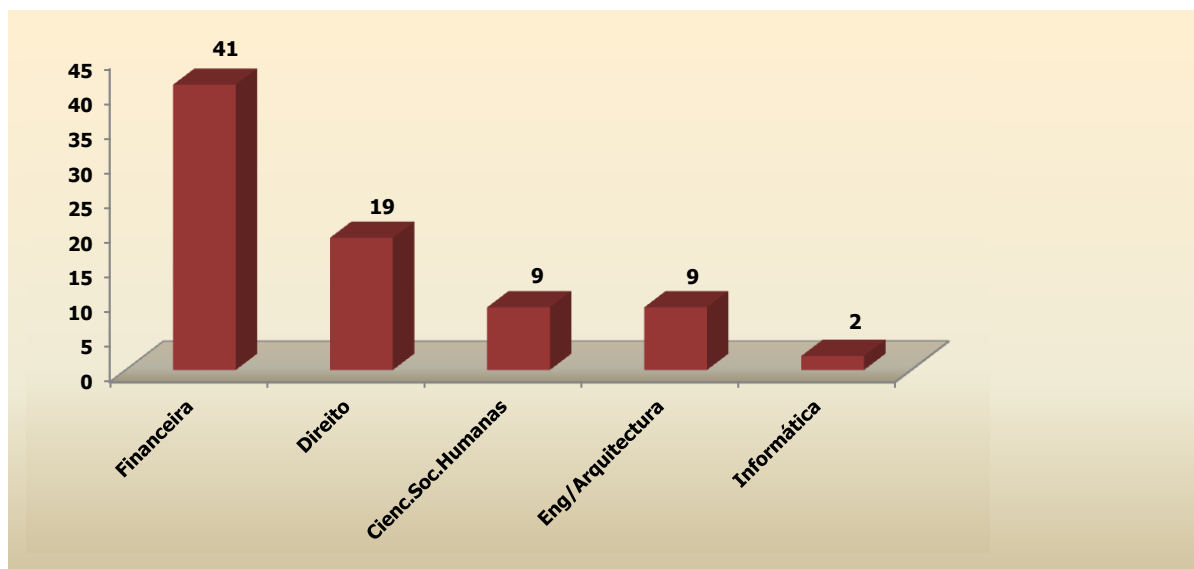
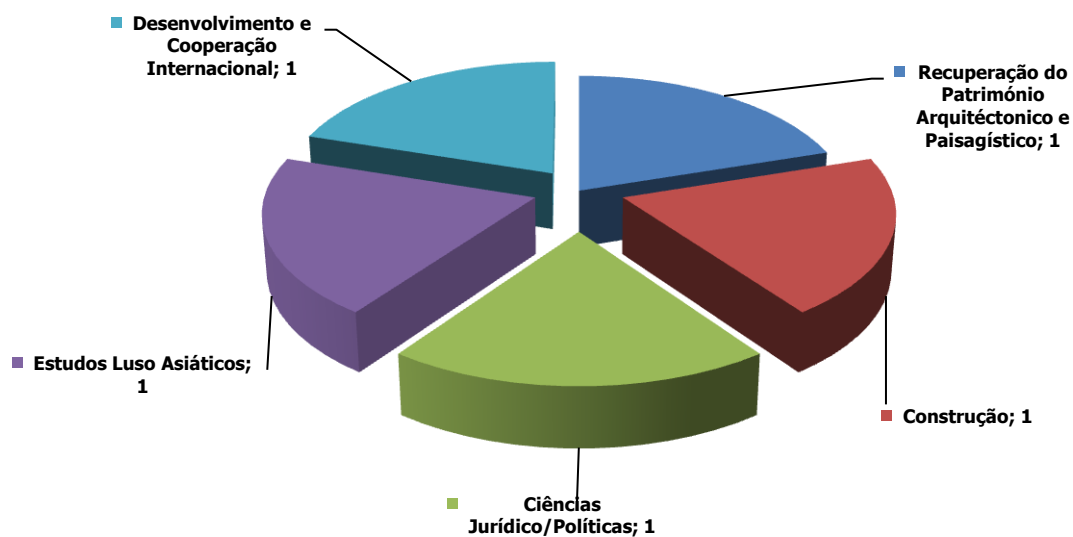


Gráfico 10

Áreas de Mestrado detidas pelos Dirigentes e Técnicos/as Superiores



Evolução do índice de formação e taxa de tecnicidade

Indicadores de gestão	2010	2011	2012
Índice de formação de grau igual ou superior ao bacharelato (mestrado+licenciatura+bacharelato ou curso médio / efetivos a 31 de Dez.x100)	51,45%	52,53%	56,13%
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito) (técnico superior+especialista informática / efetivos a 31 de Dez. x 100)	36,99%	35,44%	40,65%
Taxa de Tecnicidade (sentido lato) (técnico superior+espec. e técnico informática + técnico / efetivos a 31 de Dez. x 100)	68,21%	65,82%	69,68%

1.6 Mobilidade

Admissões e regressos

Quadro 1.6

Movimento de Admissões e regressos por Grupo Profissional/ Género

		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico/a Superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnica/Técnica de Nível Intermédio	Assistente Operacional	Total
Nomeação/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	H	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	2	0	0	0	0	2
	T	0	2	0	0	0	0	2
Cessações de funções	H	0	0	4	0	0	0	4
	M	0	0	1	0	0	0	1
	T	0	0	5	0	0	0	5
Mobilidade interna	H	0	0	4	0	0	0	4
	M	0	0	1	0	1	0	2
	T	0	0	5	0	1	0	6
Mobilidade interna Intercarreira	H	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	2	0	0	0	2
	T	0	0	2	0	0	0	2
Total	H	0	0	8	0	0	0	8
	M	0	2	4	0	1	0	7
	T	0	2	12	0	1	0	15

Taxa de Admissão: $\frac{15}{155} = 9,68\%$

Em 2012, ocorreram 15 admissões/regressos, pelo que a taxa de admissão situou-se em 9,68%.

Verificou-se a admissão de 2 trabalhadoras em regime de nomeação/comissão de serviço/cedência de interesse público, 5 regressos por cessação de funções em outros organismos, 8 em mobilidade interna, sendo 2 por mobilidade interna intercarreiras.

1.7 Saídas

Quadro 1.7

Movimento de Saídas segundo Situação no Mapa de Pessoal/Género

		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico/a Superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnica/Técnica de Nível Intermédio	Assistente Operacional	Total
Do Mapa de Pessoal	H	0	0	2	0	0	0	2
	M	0	3	6	0	5	2	16
	T	0	3	8	0	5	2	18
Fora do Mapa de Pessoal	H	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Total	H	0	0	2	0	0	0	2
	M	0	3	6	0	5	2	16
	T	0	3	8	0	5	2	18

Taxa de saída: $\frac{18}{155} = 11,61\%$

Quadro 1.7.1

Movimento de saídas segundo o motivo/grupo profissional/ género

		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico/a Superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnica/Técnica de Nível Intermédio	Assistente Operacional	Total
Aposentação	H	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	1	3	0	3	2	9
	T	0	1	3	0	3	2	9
Falecimento	H	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	1	0	0	0	1
	T	0	0	1	0	0	0	1
Mobilidade Interna	H	0	0	1	0	0	0	1
	M	0	0	1	0	0	0	1
	T	0	0	2	0	0	0	2
Mobilidade Intercarreiras	H	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	2	0	2
	T	0	0	0	0	2	0	2
Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	H	0	0	1	0	0	0	1
	M	0	2	1	0	0	0	3
	T	0	2	2	0	0	0	4
Total	H	0	0	2	0	0	0	2
	M	0	3	6	0	5	2	16
	T	0	3	8	0	5	2	18

Em 2012, verificaram-se 18 saídas, sendo 10 definitivas, 9 por aposentação e 1 por falecimento, 2 por mobilidade interna intercarreiras, 4 saídas para outros organismos da Administração Pública, consideradas temporárias. A taxa de saída situou-se nos 11,61%, o que se traduz face ao ano 2011 num decréscimo de 10,54%.

1.8 Admissões e regressos/saídas

Quadro 1.8

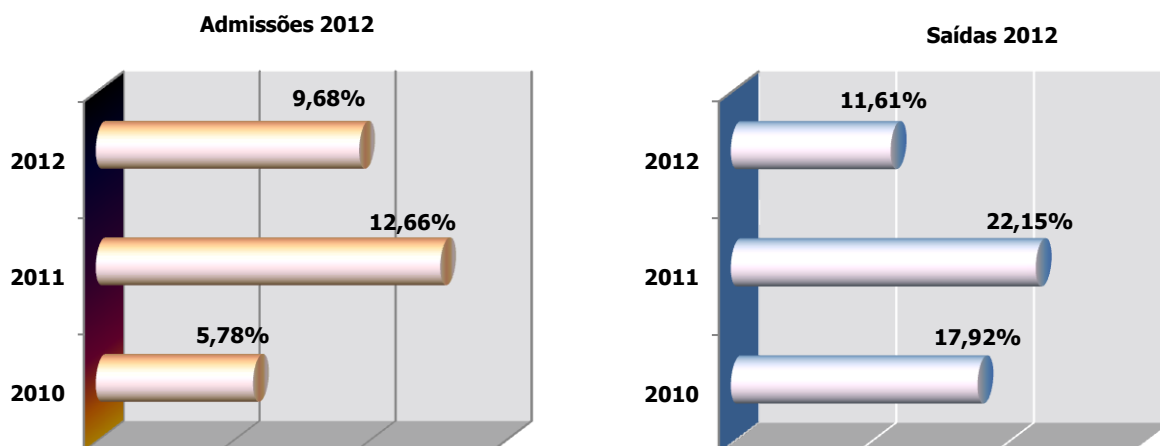
Evolução das admissões e regressos/saídas

	2010	2011	2012
Admissões / regressos	10	20	15
Saídas	31	35	18
Saldo	-21	-15	-3

Em 2012, o número de entradas foi inferior ao das saídas, tendência já verificada em 2010 e 2011.

Gráfico 11

Distribuição Percentual/Rotação de Pessoal



O indicador social “*Turn Over*” exprime o número de rotação de efetivos/as que entraram e saíram da organização. Em 2012, na Direção Geral do Tesouro e Finanças, o referido indicador situou-se em 10,65%, com um decréscimo de 6,76% em relação a 2011, facto que deriva da diminuição do número de trabalhadores admitidos e regressados (9,68%) e do número de trabalhadores que passaram à situação de aposentação (5,81%), percentagem que traduz um decréscimo respetivamente de 2,98% e 6,85%, relativamente ao ano 2011.

$$\text{Turn Over} = (\text{N.º Admissões} + \text{N.º Saídas}) : 2/\text{Efetivo global} \times 100$$

Turn Over em 2010 = 11, 85%

Turn Over em 2011 = 17, 41%

Turn Over em 2012 = 10, 65%

Evolução dos seguintes indicadores:

Indicadores de gestão	2010	2011	2012
Índice de Rotação de Efetivos/as (total de efetivos a 31 Dez/ total de efetivos a 1 Jan. + n.º de admissões e regressos + n.º de saídas)	0,736	0,693	0,812
Taxa de Admissões e Regressos (total N.º de admissões e regressos / total de efetivos a 31 Dez)	5,78%	12,66%	9,68%
Taxa de Saída N.º de saídas /total de efetivos a 31 Dez)	17,92%	22,15%	11,61%
Taxa de Redimensionamento (total de efetivos a 31 Dez. - total de efetivos a 1 Jan. / total de efetivos a 31 Dez. x 100)	-12,14%	-9,43%	-1,94%
Taxa de Reposição (N.º de admissões e regressos / n.º de saídas x 100)	32,26%	57,14%	83,33%

1.9 Mudança de situação dos efetivos/as segundo género/grupo profissional

Através do n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que manteve em vigor o n.º 1 e 2 do art.º 24 da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, encontra-se vedada a prática de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do artigo 19.º da última Lei referida.

No entanto, em 2012, verificou-se nesta Direção Geral a consolidação de 6 trabalhadores/as (duas técnicas superiores, um técnico de informática, duas assistentes técnicas e um assistente operacional) em Mobilidade Interna provenientes de outros organismos da Administração Pública.

1.10 Modalidades de horário

Quadro 1.9

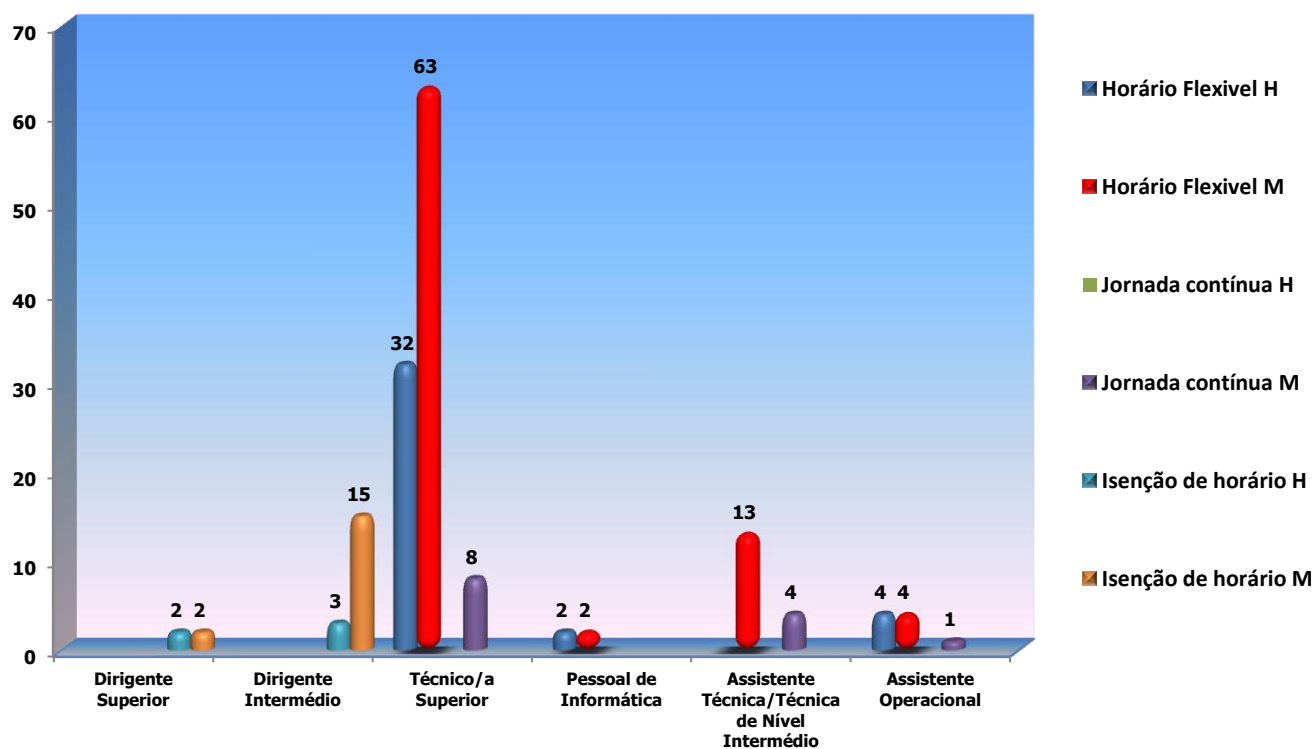
Distribuição de Efetivos/as por Grupo Profissional e Segundo Horário Praticado

		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico/a Superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnica/Técnica de Nível Intermédio	Assistente Operacional	Total
Horário Flexível	H	0	0	32	2	0	4	38
	M	0	0	63	2	13	4	82
	T	0	0	95	4	13	8	120
Jornada contínua	H	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	8	0	4	1	13
	T	0	0	8	0	4	1	13
Isenção de horário	H	2	3	0	0	0	0	5
	M	2	15	0	0	0	0	17
	T	4	18	0	0	0	0	22
Total	H	2	3	32	2	0	4	43
	M	2	15	71	2	17	5	112
	T	4	18	103	4	17	9	155

Cumprem horário flexível 77,42% dos efetivos/as, 14,19% têm isenção de horário e 8,39% praticam horário de jornada contínua.

Gráfico 12

Distribuição de Efetivos/as por Grupo Profissional e Segundo Horário Praticado



1.11 Trabalho extraordinário diurno, noturno e em dias de descanso complementar e feriados

Quadro 1.10

Trabalho extraordinário (em horas)			
	Homens	Mulheres	Total
Trabalho Extraordinário diurno	1943,5	1843	3786,5
Trabalho Extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório	0	2	2
Trabalho Extraordinário em dias de descanso semanal complementar	36,5	26,5	63
Trabalho em dias feriados	5,5	0	5,5
Total	1985,5	1871,5	3857

Relativamente a 2011 regista-se um acréscimo de 402,5 horas.

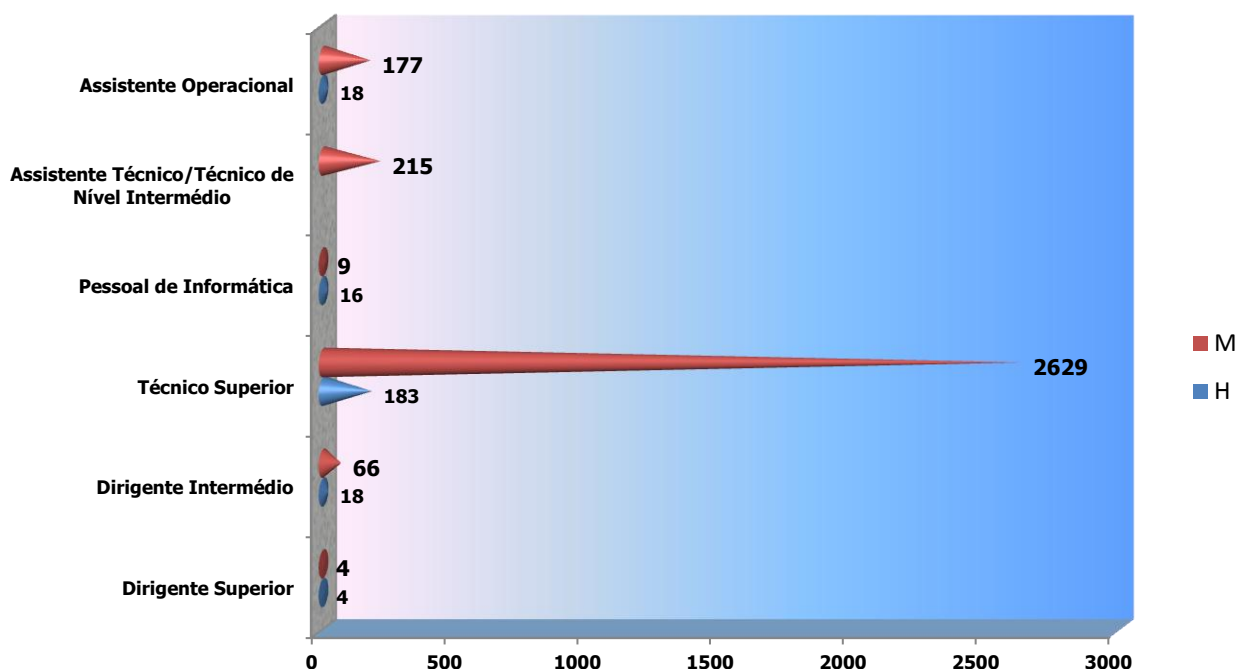
1.12 Ausências

Quadro 1.11
Ausências

		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico/a Superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnica/Técnica de Nível Intermédio	Assistente Operacional	Total
Proteção na Parentalidade	H	0	0	4	7	0	0	11
	M	0	2	85	0	0	0	87
	T	0	2	89	7	0	0	98
Falecimento de Familiar	H	0	2	16	0	0	10	28
	M	0	0	10	0	0	10	20
	T	0	2	26	0	0	20	48
Doença/Internamento/ /Junta Médica	H	0	10	93	3	0	0	106
	M	0	34	2301	5	132	149	2621
	T	0	44	2394	8	132	149	2727
Assistência Familiares	H	0	0	0	1	0	0	1
	M	0	0	62	0	48	4	114
	T	0	0	62	1	48	4	115
Trabalhador Estudante	H	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	20	0	0	0	20
	T	0	0	20	0	0	0	20
Outros	H	4	6	70	5	0	8	93
	M	4	30	151	4	35	14	238
	T	0	36	221	9	35	22	331
Total	H	4	18	183	16	0	18	239
	M	4	66	2629	9	215	177	3100
	T	8	84	2812	25	215	195	3339

Gráfico 13

Ausências ao Trabalho por Grupo Profissional/Género



Evolução dos indicadores de gestão

Indicadores de gestão	2010	2011	2012
Taxa de absentismo (n.º de ausências (para efeitos de absentismo) / n.º anual de dias trabalháveis x n.º de efetivos Dez. x 100)	6,74%	6,53%	8,62%
N.º médio de dias de absentismo (n.º de ausências (para efeitos de absentismo) / n.º de efetivos Dez.)	17	15	22

Em 2012, a taxa de absentismo situou-se nos 8,62%, registando-se um acréscimo em termos percentuais de 2,09%, comparativamente ao ano de 2011 (6,53%).

O número total de ausências ao trabalho é de 3339 dias. Relativamente a este total os valores que assumem maior expressão resultam de ausências por doença/internamento (81,67%).

As ausências por parentalidade registam em 2012 um decréscimo de 61,26%, face a 2011.

1.13 Dias não trabalhados por greves

Quadro 1.12

		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnica/Técnica de Nível Intermédio	Assistente Operacional	Total
Greve	H	0	0	4	0	0	2	6
	M	0	1	6	0	1	0	8
	T	0	1	10	0	1	2	14

1.14 Higiene e segurança no trabalho

Em 2012, ocorreram 3 acidentes de trabalho in itinere, 2 dos quais inferiores a um dia (sem baixa) e outra a uma baixa de 11 dias.

No entanto, um dos acidentes in itinere ocorrido em 2011, prolongou a baixa em 2012, em 156 dias, resultando assim, no corrente ano em 167 dias de incapacidade temporária para o trabalho.

Quadro 1.13
Número de Acidentes com Baixa e Número de Dias Perdidos com Baixa

Acidentes de Trabalho	No local de trabalho				In itinere		
		- de 30 dias de baixa	+ 30 dias de baixa	Total	- de 30 dias de baixa	+ 30 dias de baixa	Total
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	H	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	1	0	1
Nº total de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	H	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	1	0	1
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	H	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	11	0	11
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	H	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	156	156

1.15 Relações profissionais

Quadro 1.14
Organização e Atividade Sindical

Organização e atividade sindical	
Trabalhadores sindicalizados	15
Taxa de sindicalização	9,68%

O perfil tipo do trabalhador da DGTF encontra-se espelhado no seguinte quadro:

Quadro 1.15
Perfil tipo do trabalhador da DGTF

Género	Carreira	Habilitação	Média Idade	Média Antiguidade	Relação Jurídica de emprego	Regime de horário trabalho
Mulher	Técnica Superior	Licenciatura	52,26	26,28	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	Flexível

2. Encargos com Pessoal

2.1 Total dos Encargos com Pessoal

Quadro 2.1

Encargos com Pessoal	Valor (Euros)
Remunerações base	3.573.486,80 €
Abonos variáveis ou eventuais – Quadro 2.1.1	108.224,41 €
Prestações sociais - Quadro 3.1	788.667,93 €
Outros Encargos com Pessoal	875,34 €
Total	4.471.254,48 €

Quadro 2.1.1

Abonos variáveis ou eventuais	Valor (Euros)
Trabalho Extraordinário (diurno)	23.825,11 €
Trabalho em dias de descanso semanal, compl. e feriados	896,69 €
Ajudas de custo	1.429,22 €
Representação	76.042,49 €
Secretariado	1.444,77 €
Outros abonos	4.586,13 €
Total	108.224,41 €

Leque salarial ilíquido =	<div>> remuneração base ilíquida</div> <div>< remuneração base ilíquida</div>
---------------------------	---

Leque salarial ilíquido =	<div>4.060,88 €</div> <div>643,95 €</div>
---------------------------	---

Leque salarial ilíquido	6,3
-------------------------	-----

3. Encargos com Prestações Sociais

Quadro 3.1

Encargos com Prestações Sociais

Encargos com prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (maternidade, paternidade e adoção)	4.161,68 €
Abono de família	3.071,67 €
Subsídio por morte	2.515,32 €
Subsídio de refeição	148.800,96 €
Outras prestações sociais	630.118,30 €
Total	788.667,93 €

Indicadores de gestão	2010	2011	2012
% Remuneração Base face aos Encargos com Pessoal (total de remunerações base / encargos com pessoal x 100)	80,95%	80,86%	79,92%
Média da Remuneração Base Anual (total de remunerações base / Média do n.º de efetivos x 100)	28.018,52 €	26.622,61 €	22.833,78 €
% Custo Trabalho Suplementar face aos encargos com Pessoal (custo com trabalho extraord. em dia útil + custo com trab. normal noturno + custo com trab. extraord. em dia de Descanso Sem. Compl. e Feriados / encargos com pessoal x 100)	0,36%	0,36%	0,55%
Custo Médio Anual por Trabalhador (Encargos com pessoal / Média do n.º de efetivos)	34.611,25 €	32.922,33 €	28.570,32 €

4. Formação Profissional

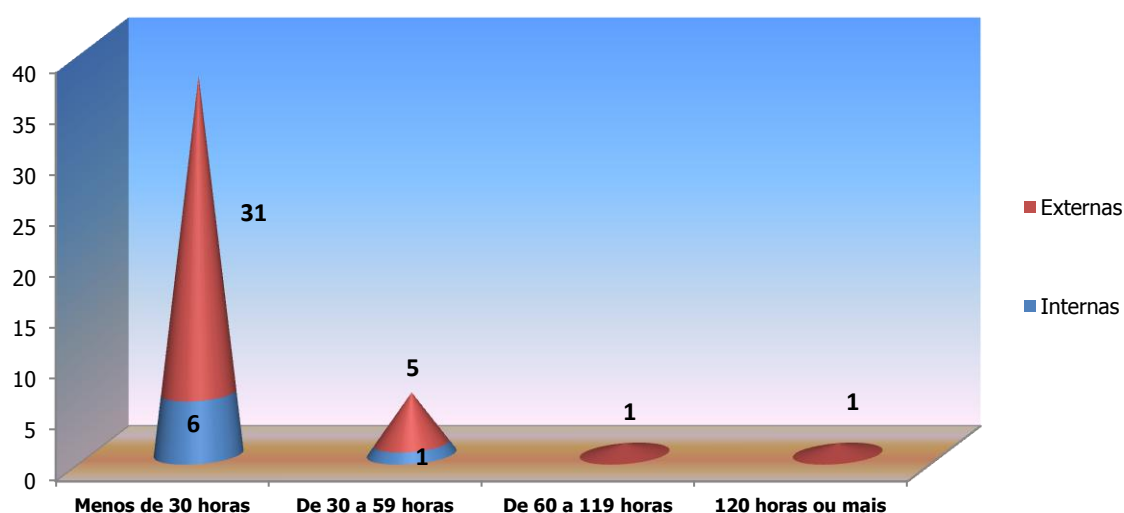
Quadro 4.1

Formação Profissional

	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	6	1	0	0	7
Externas	31	5	1	1	38
Total	37	6	1	1	45

Gráfico 14

Distribuição das Ações de Formação por Tipo e Duração



Relativamente à duração das ações, constata-se que as ações de duração inferior a 30 horas são as mais representativas, quer na vertente interna como na externa, tendo ocorrido seis ações de duração entre 30 a 59 horas, uma com duração de entre 60 a 119 horas e uma com duração de 120 horas ou mais.

Em número de ações de formação, registou-se um acréscimo percentual de 2,27% em relação ao ano anterior.

Quadro 4.1.2

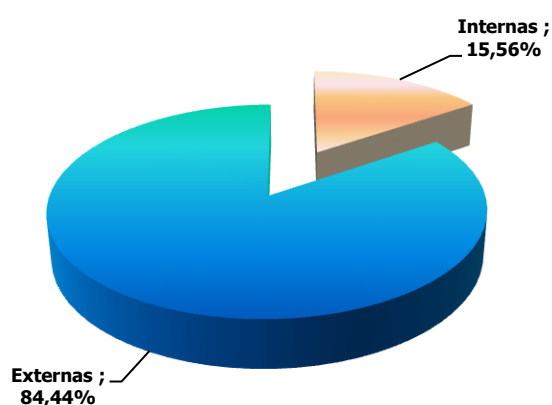
Número de participantes por grupo profissional							
	Dirigente superior	Dirigente Intermédio	Técnico/a superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnica/Técnica de Nível Intermédio	Assistente Operacional	Total
Internas	0	4	41	0	0	0	45
Externas	0	9	36	2	1	0	48
Total	0	13	77	2	1	0	93

Quadro 4.1.3

Horas de formação por grupo profissional							
	Dirigente superior	Dirigente Intermédio	Técnico/a superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnica/Técnica de Nível Intermédio	Assistente Operacional	Total
Internas	0	212	1579	0	0	0	1791
Externas	0	175	758	7,5	2,5	0	943
Total	0	387	2337	7,5	2,5	0	2734

Gráfico 15

Distribuição das Ações de Formação (Interna e Externa)



Realizaram-se 45 ações de formação, 7 na vertente interna e 38 na externa, as quais abrangeram 93 trabalhadores/as, registando-se um total de 2.734 horas de formação.

As horas de formação na vertente interna representam 65,51% do volume da formação, enquanto as da vertente externa equivalem a 34,49%.

O Grau de oportunidade de frequência das ações de formação representou 0,59 por trabalhador/a, o que representa um decréscimo de 0,18 relativamente ao ano 2011.

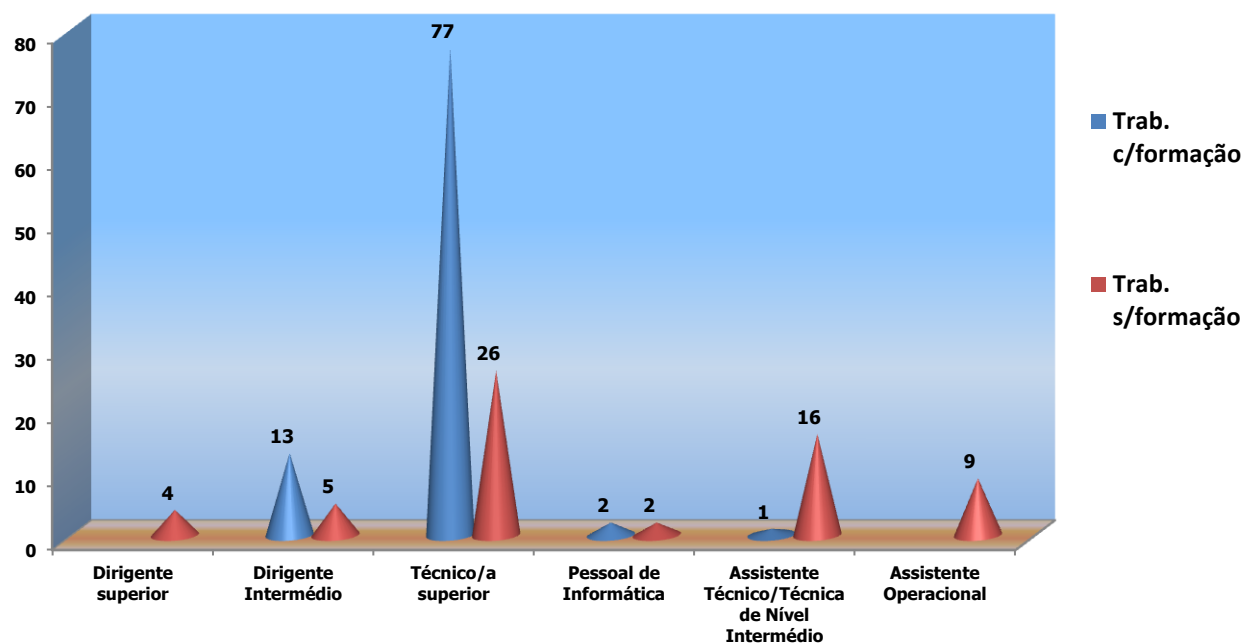
Quadro 4.1.4

Trabalhadores Com/Sem Formação por Grupo Profissional

	Dirigente superior	Dirigente Intermédio	Técnico/a superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnico/Técnica de Nível Intermédio	Assistente Operacional	Total
Trab. c/formação	0	13	77	2	1	0	93
Trab. s/formação	4	5	26	2	16	9	62
Total	4	18	103	4	17	9	155

Gráfico 16

Distribuição dos/as Trabalhadores/as Com/Sem Formação por Grupo Profissional



Quadro 4.1.5

Encargos com Formação Profissional

Encargos com formação profissional	
Interna	9.028,95 €
Externa	9.436,68 €
Total	18.465,63 €

Os custos relativos à realização das ações de formação totalizam 18.465,63 €, registando-se face ao efetivo médio um custo de 118 €.

Indicadores de gestão	2010	2011	2012
Taxa de participação em ações de formação (N.º de participantes/ média do n.º de efetivos x100)	72,34%	77,34%	59,42%
Taxa de participação em ações de formação internas (N.º de participantes em ações internas/ média do n.º de efetivos x100)	37,23%	56,19%	28,75%
Taxa de participação em ações de formação externas (N.º de participantes em ações externas/ média do n.º de efetivos x100)	35,11%	21,15%	30,67%
% custos com formação face aos Encargos com Pessoal (total de custos com formação profissional / n.º de horas trabalháveis x n.º de efetivos a 31 de Dez. x 100)	9%	8%	7%

5. Disciplina

No decorrer do ano 2012, não foram instaurados processos disciplinares.

ACRONÍMIA

DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DSAF	Direção de Serviços de Apoios Financeiros
DSATP	Direção de Serviços de Apoio Técnico Patrimonial
DSGFO	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental
DSGP	Direção de Serviços de Gestão Patrimonial
DSGR	Direção de Serviços de Gestão de Recursos
DSPE	Direção de Serviços de Participações do Estado
DSRF	Direção de Serviços de Regularizações Financeiras
GAC	Gabinete de Apoio e Coordenação
GASEPC	Gabinete de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado, das Parcerias Público-Privadas e das Concessões
GPEARl	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GOP	Grandes Opções do Plano
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
MF	Ministério das Finanças
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013
PGPI	Programa de Gestão do Património Imobiliário
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RCM	Resolução do conselho de Ministros
SEE	Setor Empresarial do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SCI	Sistema de Controlo Interno
SIIE	Sistema de Inventário de Imóveis do Estado
SIGE	Sistema de Informação Geográfica dos Imóveis do Estado
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
TC	Tribunal de Contas
UGP	Unidade de Gestão Patrimonial